

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

MARCELO AUGUSTO KICH SCHEFFER

**PROJETANDO O FUTURO:
Expectativas profissionais dos/as estudantes formandos/as em
2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel**

Porto Alegre,
2017

MARCELO AUGUSTO KICH SCHEFFER

**PROJETANDO O FUTURO:
Expectativas profissionais dos/as estudantes formandos/as em
2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Prof^a Dr^a Ana Carolina Gelmini de Faria
Coorientadora Prof^a Dr^a Márcia Regina Bertotto

Porto Alegre,
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-Reitora Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Karla Maria Müller
Vice-Diretora Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe Jeniffer Alves Cuty
Chefe Substituta Eliane Lourdes da Silva Moro

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenador Eráclito Pereira
Coordenadora Substituta Fernanda Carvalho de Albuquerque

CIP - Catalogação na Publicação

Scheffer, Marcelo Augusto Kich
PROJETANDO O FUTURO: Expectativas profissionais dos/as estudantes formandos/as em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel / Marcelo Augusto Kich Scheffer. -- 2017.

82 f.

Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria.

Coorientadora: Márcia Regina Bertotto.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Museologia. 2. Campo Museal. 3. Museólogo/a. 4. Mercado de trabalho. 5. Rio Grande do Sul. I. Faria, Ana Carolina Gelmini de, orient. II. Bertotto, Márcia Regina, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705
Bairro Santana
Porto Alegre - RS
Telefone (51) 33085067
E-mail: fabico@ufrgs.br

MARCELO AUGUSTO KICH SCHEFFER

PROJETANDO O FUTURO:

**Expectativas profissionais dos/as estudantes formandos/as em
2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora Prof^a Dr^a Ana Carolina Gelmini de Faria

Coorientadora Prof^a Dr^a Márcia Regina Bertotto

Aprovado em 16 de janeiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Gelmini de Faria (Orientadora) - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Bertotto (Coorientadora) - UFRGS

Prof^a. Me. Ana Ramos Rodrigues

Prof^a. Me. Marlise Maria Giovanaz - UFRGS

Dedico este trabalho inteiramente a grande amiga Sara Votto Tótar, arrancada das pessoas que a ela queriam apenas o bem, sendo esta uma forma egoísta de se pensar. Após cumprir sua missão junto às pessoas que amava, descansa em paz noutro lugar que não à insanidade do mundo em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

A vida percorre caminhos inimagináveis. Alguns destes caminhos nos levam a pessoas incríveis, que nos servem de modelo e inspiração para que a cada dia possamos dar um passo a mais.

Agradeço a todas as pessoas que firmaram uma amizade verdadeira, acima de tudo com respeito, amor e carinho, cito em especial Maína Rymsza, Renata Camargo, Simoni Staudt e Elenise Amaral que detêm grande parte deste carinho e admiração pela verdadeira força de viver e visão do mundo que possuem. Dedico também a todos as outras amizades que fizeram ou fazem parte da minha vida.

À minhas irmãs, Juliana e Eliane, pelo apoio, por cuidarem de mim, pelo amor manifestado de diversas formas pelo irmão caçula e acima de tudo pela amizade. À minha irmã Ana Paula, que apesar da pouca diferença de idade, também fez o papel de irmã mais velha.

Aos meus pais Helia Kich e Julio Scheffer, pelo modo de amar possível que uma mãe e um pai podem ter.

À rede Marista pela oportunidade de aprendizado. Ao Centro Cultural CEEE Erico Verissimo, que também proporcionou grande crescimento pessoal e profissional, em especial à Verônica e Roberta, pela liberdade no aprendizado e pela compreensão à vida acadêmica e seus dramas.

Às grandes orientadoras e profissionais, Ana Carolina Gelmini de Faria e Marcia Regina Bertotto, pela paciência, orientação, engajamento e carinho por esta monografia.

RESUMO

Este trabalho se propôs a analisar as expectativas profissionais para o mercado de trabalho no campo museal dos/as estudantes formandos/as dos cursos de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), do segundo semestre de 2017 (2017/2), bem como o papel dos órgãos que atuam no campo, com ênfase no Estado do Rio Grande do Sul. Para realizar a pesquisa, a investigação utilizou como metodologia a análise documental, bem como entrevistas semiestruturadas (realizadas pessoalmente) e estruturadas (formulário do Google). Os conceitos de campo (BOURDIEU, 2003), campo museal (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), e de profissão (ELIAS, 2001), por exemplo, contribuíram para o embasamento teórico do trabalho. Os dados obtidos foram dialogados com produções de autores/as que estudam o campo museal, como Mario Chagas, Maria Cristina Oliveira Bruno e Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Representantes de instituições com diferentes atribuições contribuíram para compreender as dinâmicas do campo museal: Coordenadores das graduações em Museologia da UFPEL e da UFRGS; Presidente do Corem 3ª Região, Coordenadora do Sistema Estadual de Museus, entre outros. Do universo dos/as estudantes formandos/as onze discentes foram entrevistados/as, com enfoque em quatro eixos: expectativas, formação, aprimoramento profissional e militância na área. A pesquisa ressaltou as expectativas, o entendimento dos órgãos que compõem o campo museal e o engajamento dos/as agentes e agências na participação no campo, especialmente no Estado. Conclui-se que o campo museal no Rio Grande do Sul ainda necessita do engajamento coletivo para que o/a profissional museólogo/a seja valorizado, podendo suprir a demanda das instituições museológicas, processo que ainda necessitará do fortalecimento do campo e de seus agentes atuantes.

Palavras-chave: Museologia. Campo Museal. Museólogo/a. Mercado de trabalho. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This paper proposed to analyze the professional expectations for the museum job market of the graduates of the bachelor's degree in Museology of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and the Federal University of Pelotas (UFPe), on the second semester of 2017 (2017/02), as well as analyze the role of the organs that work in the field, with emphasis on the Estate of Rio Grande do Sul. To conduct the survey, the search used documental analysis as methodology, as well as semi-structured interviews (held in person) and structured interviews (with Google form). The museum field concepts (BOURDIEU, 2003), the museological concepts (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), and the professional concepts (ELIAS, 2001), for example, has contributed to the theoretical basis of this work. The collected data dialogues with publications of authors that study the museological field, such as Mario Chagas, Maria Cristina Oliveira Bruno and Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Agents from institutions with different roles contributed to understand the dynamics of the museological field: Coordinators of the Museology courses of UFPe and UFRGS; President of the 3rd zone of Corem; Coordinator of the State Coordination of Museums, among others. In the universe of graduates, eleven students were interviewed focusing in four axis: expectations, formation, professional enhancement and militancy in the field. The research highlighted the expectations, the understanding of the organs that compose the museological field and the engagement of the agents and agencies on the participation in the field, especially on the Estate. It concludes that the museological field on Rio Grande do Sul still needs collective engagement for the museologist be valued, in order to fulfill the demand of the professional in the museums institutions, process that will still require the reinforcement of the field and its acting agents.

Keywords: Museology. Museum field. Museologist. Job market. Rio Grande do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Registro dos Museus do RS	18
Figura 2	Divisão das sete regiões museológicas do SEM/RS, elaborado por Teniza Spinelli e Tarcísio Taborda	19
Figura 3	Divulgação do 13º Fórum Estadual de Museus do RS	21
Figura 4	8º Fórum Estadual de Museus/RS (2002)	22
Figura 5	Capa da Política Nacional de Museus (2003)	24
Figura 6	Mapa dos Conselhos Regionais de Museologia do País	29
Figura 7	Indicação dos cursos de Museologia no País (2013)	33
Figura 8	Presença de museólogo/a no quadro funcional dos museus	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM - Associação Brasileira de Museologia
ANPUH - Associação Nacional de História
ARM - Associação Rio-grandense de Museologia
Asspam - Associação Paulista de Museólogos
ATM - Associação dos Trabalhadores de Museus
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEM/RS - Coordenadoria Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
CFE - Conselho Federal de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
COFEM - Conselho Federal de Museologia
COREM - Conselho Regional de Museologia
COMGRAD - Comissão de Graduação
COMGRAD/MSL - Comissão de Graduação do Curso de Museologia
FABICO - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
ICOM - Conselho Internacional de Museus
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
INTERPOL - International Criminal Police Organization [Organização Internacional de Polícia Criminal]
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins
MEC - Ministério da Educação
NDE/MSL - Núcleo Docente Estruturante do curso de Museologia
OIM - Office International des Musées [Escritório Internacional de Museus]
PNM - Política Nacional de Museus
PPGMusPa - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UFRGS)
PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS - Rio Grande do Sul
SEM/RS - Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFPeI - Universidade Federal de Pelotas
UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O CAMPO MUSEAL NO RIO GRANDE DO SUL	16
2.1	Vestígios do campo museal no Estado do Rio Grande do Sul: marcos de um itinerário	17
2.2	O/a profissional museólogo/a	35
3	FUTUROS/AS PROFISSIONAIS MUSEÓLOGOS/AS E O CAMPO MUSEAL: um debate sobre suas expectativas, formação, aprimoramento profissional e militância na área	45
3.1	Expectativa: a relação formado x campo de atuação	46
3.2	Formação universitária: a relação de ensino, pesquisa e extensão	50
3.3	Aprimoramento profissional	53
3.4	Militância no campo museal/Museologia	59
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA (ESTUDANTES)	76
	APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA (INSTITUIÇÃO)	77
	APÊNDICE C - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	78
	APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DAS INFORMAÇÕES	79
	APÊNDICE E - FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM FORMADOS/AS	80

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade é comum a universidade ser um dos caminhos mais almejados para a formação profissional, e é na adolescência que esse percurso se torna ainda mais cobiçado. A minha escolha para o curso de Bacharelado em Museologia foi baseada, principalmente, pelo carinho que eu sempre tive com a área artística e cultural. Mesmo a referida graduação não sendo minha primeira opção, hoje não me vejo longe de uma instituição museológica, tendo meu futuro planejado para trabalhar na área cultural.

Como discente do curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), algumas questões inquietantes começaram a surgir ao longo da minha jornada na Universidade. Estudante de primeira viagem, me peguei pensando o porquê os museus, portadores de tamanha informação e riquezas, não são priorizados tanto pelo Estado, quanto pela própria população. Por esse motivo, me dediquei a refletir sobre a importância da universidade enquanto formadora de profissionais qualificados e quais as expectativas dos futuros bacharéis em Museologia da UFRGS e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no que diz respeito a sua futura profissão e mercado de trabalho.

Os cursos de Museologia no Brasil são recentes se comparados a outras áreas. O Rio Grande do Sul teve seu primeiro curso de bacharelado em Museologia somente em 2006, na UFPel, mesmo sendo um dos Estados com mais museus do País e que carecem do/a profissional museólogo/a. O curso de bacharelado em Museologia na UFRGS teve sua primeira turma em 2008 e ao longo desses nove anos veio amadurecendo através de trocas de currículo, com adesão de profissionais e professores especializados na área, bem como o curso de Museologia da UFPel.

Pode-se afirmar que o Rio Grande do Sul é um Estado privilegiado no quesito museus, pois atualmente o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (SEM/RS) divide o Estado em sete regiões¹, que totalizam 550 museus cadastrados², enquanto o Conselho Regional de Museologia (COREM - 3ª Região)

¹ Divisão proposta pelo SEM/RS: 1ª Região - Sede: Porto Alegre; 2ª Região - Sede: Farroupilha; 3ª Região - Sede: Erechim; 4ª Região - Sede: São Luiz Gonzaga; 5ª Região - Sede: Santa Maria; 6ª Região - Sede: Dom Pedrito; 7ª Região - Sede: Piratini.

² Informação obtida por Carine Silva Duarte, através de entrevista no dia 5 de outubro de 2017.

possui 126 museólogos/as registrados³, ou seja, mesmo que todos os/as museólogos/as cadastrados/as estivessem atuando em instituições museológicas, a demanda ainda seria grande. O Rio Grande do Sul pode ser um Estado privilegiado em quantidade de museus, mas ainda está longe de atingir a qualidade no que diz respeito aos métodos e práticas indicadas, por isso o/a profissional museólogo/a se faz importante nessas instituições. O que é presenciado no cenário atual do Estado é um abandono aos museus e à cultura⁴.

Levando em conta os conflitos culturais e políticos do atual cenário da Museologia no Estado, que ao longo do desenvolvimento serão evidenciados, esse trabalho propõe uma análise das perspectivas profissionais dos/as estudantes formandos/as do curso de bacharelado em Museologia da UFRGS e UFPEL. Qual a expectativa dos/as formandos/as do bacharelado em Museologia do Estado do Rio Grande do Sul em relação a sua profissão? Qual a percepção desses/as estudantes sobre o mercado de trabalho? Esse/a estudante considera que o currículo do seu respectivo curso tenha o/a capacitado para o atual cenário cultural do Estado? Através da pesquisa das expectativas dos/as estudantes formandos/as do segundo semestre de 2017 (2017/2) dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPEL, no que tange o mercado de trabalho e o campo museal⁵, irei problematizar o atual cenário da Museologia no Rio Grande do Sul (RS), bem como compreender as expectativas dos/as estudantes da própria área em questão e qual a sua visão em relação à futura profissão.

Podemos dizer que ainda há uma grande ausência do/a profissional museólogo/a no Brasil. O campo museal no País ainda é pouco conhecido e valorizado, trazendo uma reflexão acerca dos museus enquanto instituições museológicas vivas, em constante mudança, e não como lugares de coisas velhas. Poucos conhecem o/a profissional museólogo/a, aumentando ainda mais os questionamentos referentes à área em que atuam. Atualmente, o Brasil é o único país que possui em nível de graduação o curso de Museologia, bem como o cargo de museólogo, criado e regulamentado, respectivamente, segundo a lei 7.287, de 18

³ Informação extraída do *site* <<https://www.corem3.org.br/profissionais-registrados>>. Acesso em: 16 dez 2017.

⁴ Algumas reportagens publicadas nos últimos dois anos elucidam alguns dos problemas culturais no Estado. Para mais informações, disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/07/com-melhor-taxa-de-museus-do-pais-rs-busca-aumentar-visitacoes.html>>; <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/paulo-germano/noticia/2017/04/museu-julio-de-castilhos-e-interditado-e-predio-ganha-um-brecho-9768261.html>>. Acesso em: 20 out 2017.

⁵ Para caracterizar o próprio cenário atual da Museologia, utilizarei dos conceitos de *campo* (BORDIEU, 2003) e *museal* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), propondo uma correlação entre ambos os conceitos.

de dezembro de 1984 e o decreto 91.775 de 15 de outubro de 1985 (BRASIL, 1984; 1985). Porém, uma das principais atribuições do profissional é a elaboração do plano museológico, que deve ser assinado exclusivamente pelo/a museólogo/a. A própria lei 11.904 de 2009, que institui o Estatuto de Museus, em parte prevê algumas das principais responsabilidades dos museus brasileiros, que dentre elas encontra-se o plano museológico (BRASIL, 2009a).

Para o desenvolvimento da pesquisa, os principais conceitos que nortearam a investigação foi o de *profissão*, a partir das leituras do autor Norbert Elias (2001), o de *campo* abordado por Pierre Bourdieu (2003), e o de *campo museal* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Estes conceitos contribuíram na compreensão do profissional apontado na pesquisa e a sua atuação no mercado de trabalho.

O método utilizado foi de abordagem qualitativa, em forma de estudo de caso, visto que houve uma análise das expectativas dos estudantes formandos dos cursos de Museologia em 2017/2. A coleta de dados aconteceu através de entrevista estruturada com os alunos da UFPel e UFRGS (Apêndices A e E), bem como roteiros semiestruturados com os representantes docentes da Comissão de Graduação (COMGRAD) de cada uma das universidades, a coordenadora responsável pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da UFRGS, a responsável pela coordenação do SEM/RS e o conselheiro Presidente do COREM da 3ª Região (Apêndice B). A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, baseada em levantamentos e observações consideradas relevantes que foram extraídas ao longo do processo investigativo.

A análise de documentos e das principais leis que envolvem a área foram elementos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Dentro da perspectiva de que o/a profissional museólogo/a é privilegiado/a por ser representado/da tanto na esfera nacional quanto regional, através do Conselho Federal de Museologia (COFEM) e dos COREMs, utilizei ambos para a análise deste trabalho, destacando os órgãos como estratégicos para a legitimação do profissional. O *Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Museologia* (UFRGS, 2015b) e O *Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Museologia* da UFPel (UFPEL, 2009), que aborda o perfil dos estudantes egressos do curso em ambas universidades federais, traçando uma descrição do profissional a ser formado, bem como suas competências e habilidades, traz importante visão da universidade para o/a discente que se forma museólogo/a. A publicação *Estudo de Avaliação do Curso de*

Bacharelado em Museologia (UFRGS, 2015a) também foi utilizada para o desenvolvimento da pesquisa.

A partir daqui, convido todos os leitores a entender um pouco o/a profissional museólogo/a, do campo em que atua e das problemáticas que cercam o mercado de trabalho para este/a profissional, que vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade.

2 O CAMPO MUSEAL NO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo propõe-se a investigar as questões que delineiam e caracterizam o campo museal do Rio Grande do Sul. Através das análises feitas com os órgãos que formam, bem como regulamentam e implementam políticas de interesse do/a profissional museólogo/a no Estado - COREM 3ª Região, SEM/RS, COMGRAD dos cursos da UFPEL e da UFRGS e o PPGMusPa - pretende-se refletir sobre as contribuições do/a museólogo/a para o campo em que atua; se sua formação corresponde às demandas apresentadas na área; se existe a procura para o aprimoramento profissional no âmbito *lato* ou *stricto sensu* e suas motivações; e o papel da militância em defesa da profissão e da área da cultura.

Para que possamos iniciar essa discussão, é importante introduzir os conceitos de campo e campo museal. Bourdieu (2003), ao formular o conceito de campo, entre eles o campo científico, determina um espaço de forças e lutas, formado pelos agentes e pelas agências que atuam nesse microcosmo. O autor aponta que “[...] nada é mais difícil e até mesmo é impossível de ‘manipular’ do que um campo” (BOURDIEU, 2003, p.25), entretanto para que um agente possa submeter às forças de um campo aos seus desejos e intenções, dependerá do seu capital simbólico⁶ - científico e institucionalizado⁷ - traçando uma forte relação de poder entre o campo e os sujeitos que atuam neste.

Para o referido estudo tomaremos por empréstimo o conceito de campo para analisarmos o campo museal, compreendido por Desvallées e Mairesse (2013), como um contexto onde é desenvolvida a criação, a realização e o funcionamento das instituições museológicas, propondo um campo teórico-prático responsável por

⁶ Bourdieu (2003) aponta que o capital simbólico será o principal diferencial entre os agentes que atuam dentro de um dado campo, que determinará sua posição na estrutura ou do lugar “de onde ele fala”. Dentro desta lógica, o autor destaca que o capital simbólico se divide em três dimensões: o estado incorporado, que, através de outros agentes que já possuem algum tipo de capital, influenciam o indivíduo, por exemplo uma criança quando recebe um livro de presente, ou é levada ao museu com frequência pela família; o estado objetivado, quando o agente, por vontade própria, procura adquirir algum tipo de conhecimento, como ir ao museu ou comprar livros por interesse pessoal, podendo este ser diretamente influenciado pelo capital incorporado; e por último, o capital institucionalizado, o qual o agente depende de uma agência que transmita um conhecimento específico, como cursos técnicos, graduações e pós-graduações, de certa forma, este último é o resultado ou a soma dos dois primeiros.

⁷ Para Bourdieu (2003, p.26) “[...] o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico, sendo este aperfeiçoado através de conhecimento e reconhecimento. O autor aponta que o capital científico “puro” se adquire por contribuições para o progresso da ciência, invenções, descoberta, etc. Já o capital institucionalizado é obtido por meio do posto de ocupação em alguma instituição envolvida com o campo em que atua. Bourdieu (2003, p.37) ainda diz que “[...] os detentores do capital científico institucionalizado tendem a organizar os procedimentos - concursos, por exemplo - segundo a lógica de nomeação burocrática, enquanto os detentores do capital científico ‘puro’ tendem a situar-se na lógica ‘carismática’ do ‘inventor’”.

tratar de diversos questionamentos que caracterizam o cotidiano dos museus. Para os autores o conceito de *museal* possibilita referenciar tudo que é relativo ao museu (ou instituições museológicas) com contribuições da ciência Museologia (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013).

Nesse sentido, a fim de identificar evidências que configuram o campo museal do Estado do Rio Grande do Sul, o capítulo pretende aprofundar dois aspectos: os vestígios do campo museal no Estado, através de marcos que orientaram e ainda orientam no desenvolvimento do campo e, dentre tantos agentes que atuam neste campo, abordarei especificamente o/a profissional museólogo/a.

2.1 Vestígios do campo museal no Estado do Rio Grande do Sul: marcos de um itinerário

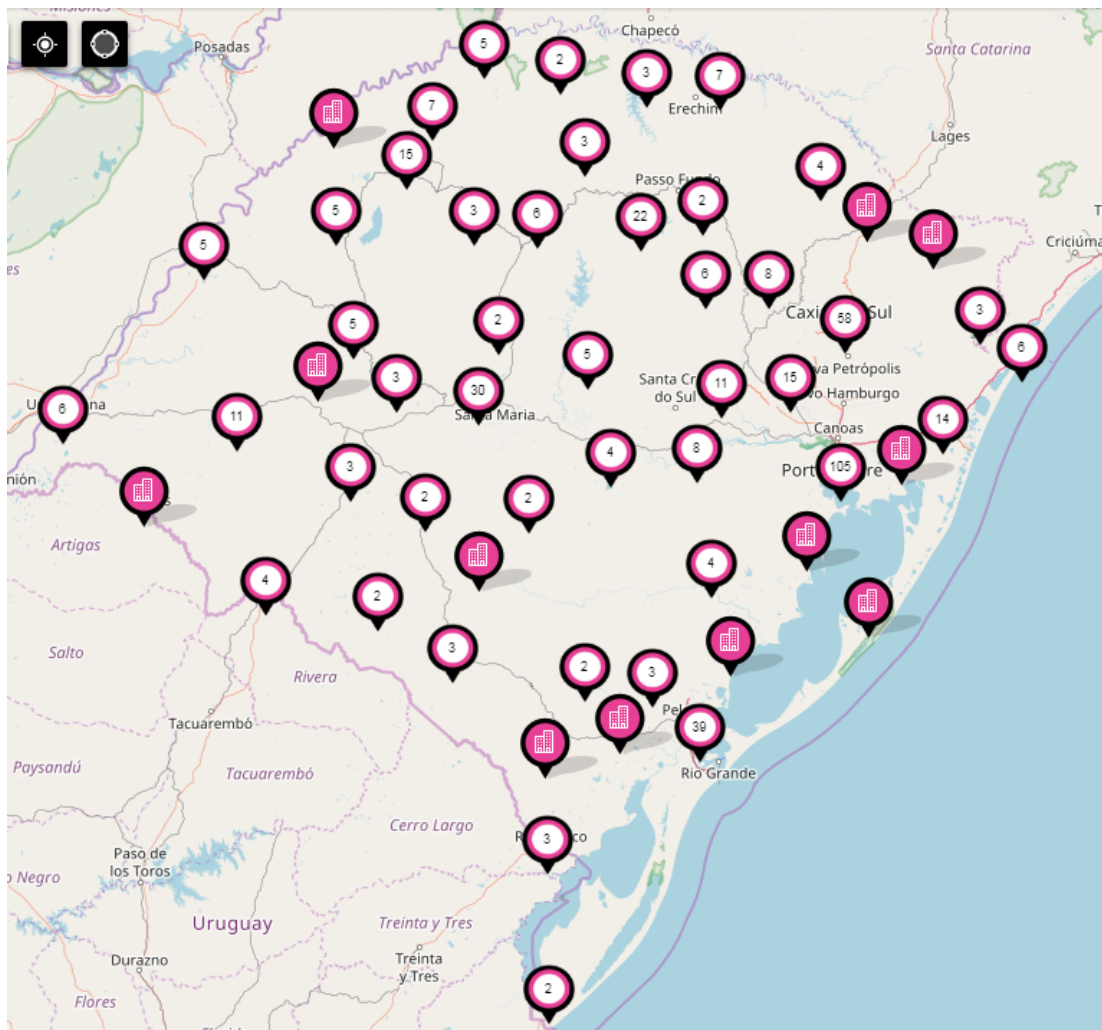
Neste subcapítulo me aprofundarei em alguns dos principais marcos que nortearam (e norteiam) o campo museal no Estado do Rio Grande do Sul, caracterizando-o através das agências que atuam, formam, regulamentam e implementam políticas de interesse no campo museal. A título de exemplo, identificaremos por meio de indícios do itinerário do SEM/RS e COREM 3ª Região debates por políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e legitimação do/a profissional museólogo/a na região Sul do Brasil. Documentos como a *Carta de Rio Grande*, elaborada no 8º Fórum Estadual de Museus promovido pelo SEM/RS, em 2002, e a Política Nacional de Museus (PNM), serão norteadores.

O Estado do Rio Grande do Sul torna-se privilegiado uma vez que possui uma série de particularidades, dentre elas ser um dos primeiros estados brasileiro a fundar um museu. Denominado como “Museu do Estado”, a instituição foi criada através do decreto-lei 589 de 30 de janeiro de 1903, tendo sido renomeado para “Museu Júlio de Castilhos” em homenagem ao ex-presidente do Estado na época, falecido no mesmo ano da instituição⁸. Outra especificidade é ser um dos Estados que mais possui instituições museológicas no País. Em 2015, o *site* do G1 fez uma

⁸ Para maiores informações referente ao Museu Julio de Castilhos, sugere-se: SILVA, Ana Celina Figueira da. **O museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos: (1903 - 1925)**, 2011. 58p. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia). Curso de Museologia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40081>>. Acesso em: 20 out 2017.

matéria onde se contabilizava 449 instituições no Rio Grande do Sul, existindo uma instituição para cada 25.063 pessoas, sendo que a média nacional era de 57 mil habitantes para cada instituição. Em 2017, após dois anos da matéria do G1, os dados atualizados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) informam que o Estado possui 471 instituições museológicas devidamente cadastradas (Figura 1).

Figura 1 - Registro dos Museus do RS

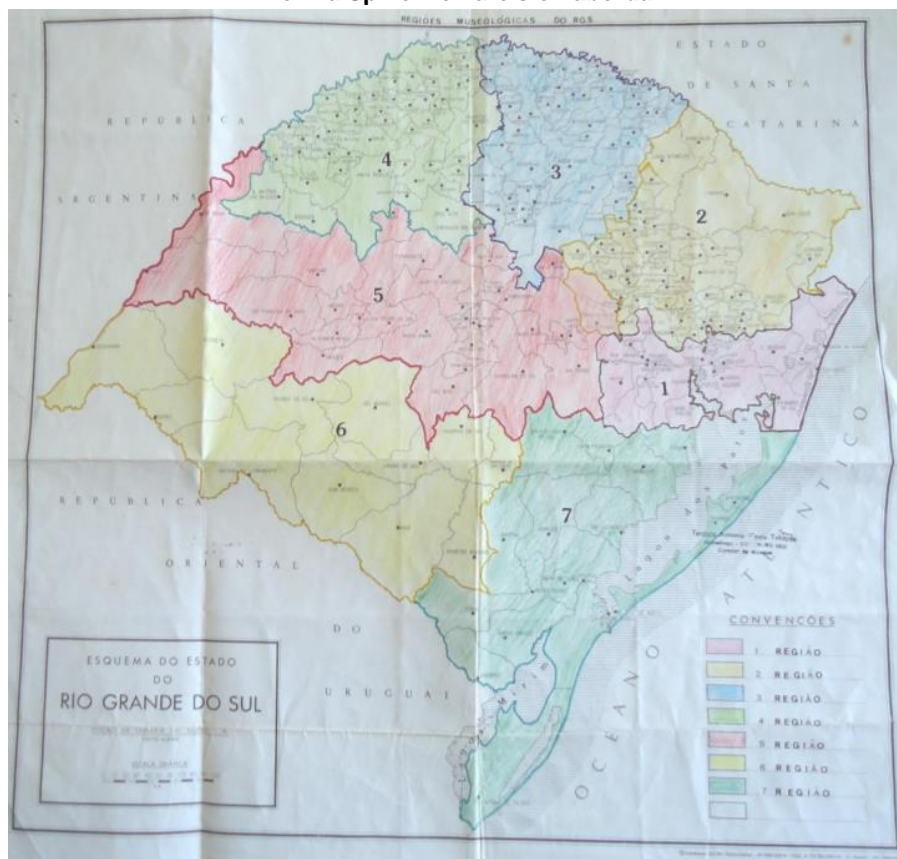


Fonte: Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/busca>>. Acesso em: 24 out. 2017.

Uma das particularidades no âmbito estadual, que auxiliou na expansão do campo museal, foi a divisão do Estado em sete regiões museológicas. Segundo

Carine Silva Duarte (2013), a ex-coordenadora da SEM/RS⁹, Teniza Spinelli, uma das contribuintes desta divisão, relata ter utilizado um olhar antropológico para tal tarefa, levando em consideração os museus pequenos e que necessitavam maiores atenções. A partir disso, Teniza Spinelli, museóloga e jornalista, e o prof. Dr. Tarcísio Taborda fizeram um primeiro rascunho (Figura 2) das sete regiões museológicas do Estado, concretizada e utilizada até os dias de hoje.

Figura 2 - Divisão das sete regiões museológicas do SEM/RS, elaborado por Teniza Spinelli e Tarcísio Taborda



Fonte: DUARTE, 2013, p.24

Havia a necessidade da articulação no campo dos museus por conta das discussões que envolviam a valorização destes e da memória na década de 1980. Para tal, foram dados os primeiros passos a caminho da institucionalização de uma estrutura de Sistema¹⁰ em 1986, que foi consolidado no início da década de 1990

⁹ Salienta-se que no período de 1986 a 1990 foi denominado Coordenadoria Estadual de Museus do Rio Grande do Sul (CEM/RS). Porém, para fins de reconhecimento institucional, ao longo do texto será utilizado seu atual nome, Sistema Estadual de Museus, bem como sua sigla SEM/RS, para qualquer ano referido.

¹⁰ Duarte (2013), ao discorrer sobre o SEM/RS, traz o conceito de Sistema, que segundo o Dicionário de Política: “Em sua acepção mais geral, a expressão Sistema Político refere-se a qualquer conjunto de instituições, grupos ou processos políticos caracterizados por um certo grau de independência recíproca” (BOBBIO;

como SEM/RS, através do decreto nº33.791 de 1991. Esse órgão, a partir de então, ficaria responsável pela articulação entre os museus do Estado, definindo diretrizes gerais de orientação a fim de estimular as instituições a cumprirem o seu papel social junto à sociedade. A partir do trabalho elaborado por Carine Silva Duarte (2013), podemos identificar o contexto sobre a trajetória do SEM/RS. Em sua monografia, a autora examinou o desenvolvimento do Sistema até a Política Nacional de Museus (PNM). Segundo a autora,

[...] o SEM/RS foi criado para auxiliar instituições museológicas em todo o Estado, dialogando com os profissionais para a perpetuação das atividades dos museus, articulando com estes e promovendo encontros para encaminhamentos das necessidades e carências, mas sem interferir em sua autonomia. (DUARTE, 2013, p.30)

Dentre as articulações propostas pelo SEM/RS, ressalta-se como um fator importante para o desenvolvimento do campo museal no Estado: os fóruns estaduais. Através de um mapeamento, Duarte (2003) aponta os primeiros eventos. O I Fórum Estadual de Museus do RS foi realizado em 1989, na cidade de Taquara/RS, e abordou os temas Museologia, museografia, exposições e pesquisa.

[...] O Iº Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul [...] incentiva os profissionais de museus das regiões a adotar conceitos museológicos, levando em conta a individualidade de cada museu, a natureza de suas coleções, a comunidade a que atende e o meio ambiente em que se insere, visando a preservação do patrimônio natural e cultural. (CEM, 1989 apud DUARTE, 2013, p.20)

Nessa citação do primeiro fórum promovido pelo SEM/RS percebe-se a necessidade de engajar os/as agentes que já atuam no campo (BOURDIEU, 2003), além de incentivar estes/as profissionais atuantes a adquirirem capital científico para que o campo museal no Estado do RS se desenvolvesse. É possível identificar esse movimento a partir do incentivo para que os/as profissionais adotassem os conceitos museológicos, tanto técnicos, como teóricos.

O II Fórum Estadual de Museus, de 1990, realizado na capital gaúcha, teve como foco principal as necessidades existentes acerca da documentação museológica e de profissionais qualificados/as, iniciando a discussão da urgência de

MATTEUCCI; PASQUINO, 1998 apud DUARTE, 2003, p.27). O conceito congrega um conjunto, ele não é isolado, sendo participativo e mantendo relações de reciprocidade (DUARTE, 2013).

cursos de capacitação na área, propondo juntamente à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) um curso de pós-graduação, a fim de englobar os profissionais dos museus da capital e do interior (DUARTE, 2013). Os fóruns seguiram nos anos seguintes, e a cada ano ocorrido traziam novas demandas do campo museal. Resgato a importância dos fóruns na construção de políticas voltadas para os museus, norteando os/as profissionais no desenvolvimento das instituições museológicas. Os fóruns aconteciam com frequência, sendo grandes incentivadores para o campo e os/as profissionais que atuavam nele. O último fórum estadual foi realizado em 2013 (Figura 3). Devemos levar em consideração a atual situação política e financeira do Estado, que acaba influenciando diretamente na realização de um evento como este.

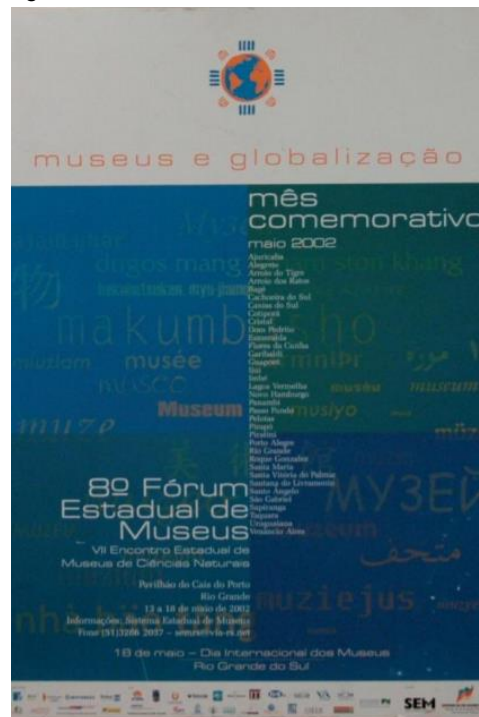
Figura 3 - Divulgação do 13º Fórum Estadual de Museus do RS



Fonte: Disponível em: <<http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/tag/semrs/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

É importante ressaltar que foi a partir de um dos fóruns promovidos pelo SEM/RS, especificamente o 8º Fórum Estadual de Museus (Figura 4) ocorrido na cidade de Rio Grande no ano de 2002, intitulado *Museus e Globalização*, que foi elaborada a *Carta de Rio Grande*. A abertura da Carta aponta a necessidade da implementação de políticas culturais que deveriam abranger todo o País, uma vez que as instituições deveriam ocupar um papel estratégico juntos às políticas culturais e que, mesmo sem estas políticas definidas, as instituições sobreviviam a partir de seus próprios meios e poucos recursos encaminhados pelo setor público.

Figura 4 - 8º Fórum Estadual de Museus/RS



Fonte: DUARTE, 2013, p.43.

A *Carta de Rio Grande* foi um documento que propôs aos candidatos da futura eleição que ocorreria no Brasil - para o mandato iniciado no ano de 2003 - a necessária implantação de uma política voltada para o setor museológico e de patrimônio cultural nos níveis estaduais e federal¹¹, sugerindo alguns pontos

¹¹ A proposta, neste momento, é indicar os marcos que auxiliaram no desenvolvimento do campo em nível Estadual, entretanto destaco a importância de uma futura discussão do contexto político da época em âmbito Nacional, bem como os agentes que atuaram para o desenvolvimento da cultura no Brasil. A autora Calabre (2007), indica que as primeiras políticas públicas de cultura implementadas no Brasil ocorreram no governo Getúlio Vargas (1930-1945), destacando a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como a criação do primeiro Conselho Nacional de Cultura (1938), e posteriormente, em 1953, com o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde, dando lugar ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que novamente foi desmembrando para o atual Ministério da Cultura (MinC). O governo Lula, mobilizador das questões sociais da saúde, educação e cultura, junto ao ministro Gilberto Gil, se defrontou com grandes desafios no início do século e tornaram-se importantes figuras para o desenvolvimento da cultura no País. Gilberto Gil, como um dos idealizadores para o avanço da cultura desde 2002, que, como Ministro do MinC, estimulou a criação da PNM, inaugurou o Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN), auxiliou na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e investiu em diversos museus no território nacional. Contribuiu para o lançamento do Sistema Brasileiro de Museus sustentando a efetivação dos fóruns estaduais. Aprovou a Semana de Museus e o dia Nacional do Museólogo, e implementou o edital de Modernização de Museus. Podemos aprofundar este assunto em:

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs). **Políticas culturais no Brasil**. Coleção Cult - EDUFBA, Salvador, 2007, p.11-36. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.;

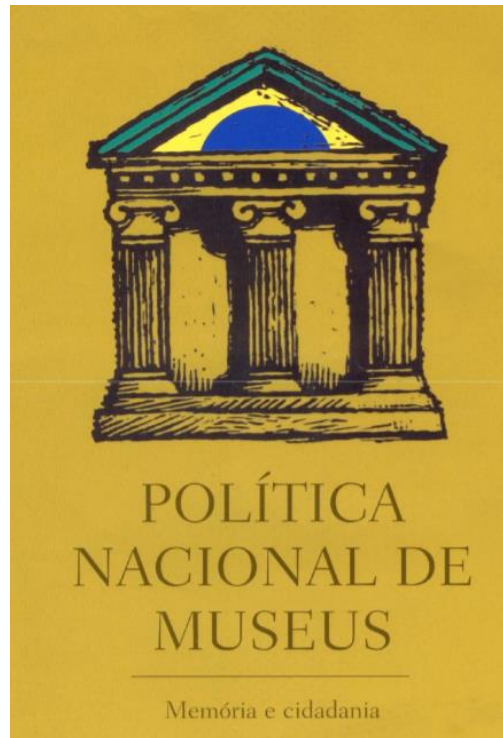
CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Coleção Cult - EDUFBA, Salvador, 2007, 184p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

primordiais, como: *Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus; Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico; Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais; Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais; Política de Capacitação e Formação; Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais* (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Os critérios para a criação de políticas culturais foram importantes para que se percebesse e valorizasse o campo museal, tanto no âmbito estadual quanto federal. Um ano após a *Carta de Rio Grande*, em 2003, foi lançada a Política Nacional de Museus (PNM). Com o surgimento da PNM, o campo museal ganhava força e reconhecimento a partir do aspecto legal. O objetivo geral traçado pelo PNM é a promoção da valorização, preservação e fruição do patrimônio cultural no âmbito nacional, através da inclusão social e cidadania, além do desenvolvimento, fomento e a criação de instituições museológicas (BRASIL, 2003). Outro fator importante no plano foram os sete eixos programáticos, norteando as principais funções dos espaços museológicos¹². Dentre eles destaco o eixo de *Capacitação de recursos humanos*, pois evidencia a necessidade de conteúdos e disciplinas nas escolas que abordem o uso educacional dos museus e do patrimônio cultural, além da ampliação de cursos em nível de graduação e pós-graduação, de cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas na área de atuação dos museus (BRASIL, 2003).

¹² O sete eixos são: *Gestão e configuração do campo museológico, Democratização e acesso aos bens culturais, Formação e capacitação de recursos humanos, Informatização dos museus, Modernização de infra-estruturas Museológicas, Financiamento e fomento para museus e Aquisição e gerenciamento de acervos culturais* (BRASIL, 2003).

Figura 5 - Capa da Política Nacional de Museus (2003)



Fonte: BRASIL, 2003.

Alguns anos após a PNM foi criado, em 2009, através da lei 11.906, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com a finalidade de promover e assegurar a implementação das políticas públicas voltadas para o setor museológico; estimular essas instituições a participar de ações voltadas para a área; incentivar os programas que viabilizem a preservação do patrimônio; contribuir no estudo e na divulgação e difusão dos acervos museológicos brasileiros (BRASIL, 2009b), entre outros aspectos propostos para a conscientização da difusão das memórias que permeiam todo o território nacional. Ao que compete ao IBRAM, podemos citar o estabelecimento para a divulgação de normas, padrões e procedimentos em benefício das instituições museológicas e o estímulo aos programas e projetos para a qualificação de profissionais e equipes que atuam diretamente ou indiretamente em instituições museológicas.

Mesmo com a criação do PNM, que norteia até os dias de hoje as políticas no campo museal, a matéria do jornal G1, de 2015, apontava para “[...] a carência na infraestrutura e na profissionalização” dos museus do Rio Grande do Sul (COM MELHOR..., 2015, doc. eletr.), ou seja, doze anos após a criação de políticas públicas voltadas para os espaços de caráter museológico ainda notava-se a

necessidade de qualificação e melhoramentos das instituições. Em entrevista, a coordenadora SEM/RS, Carine Silva Duarte, afirma que o Estado possui 550 instituições mapeadas e, dentre elas, 378 estão devidamente cadastradas junto ao Sistema (DUARTE, 2017). Em dois anos nota-se um lento avanço, mas gradativo, através da colaboração de agências como SEM/RS no auxílio para a conscientização das instituições. Um exemplo é o Cadastro de Museus, um dos primeiros passos para que o SEM/RS e os demais órgãos reguladores e fiscalizadores exerçam sua atuação, afinal é através destes dados que os órgãos identificam as instituições que ainda não atendem legalmente aos requisitos estabelecidos pela legislação, a exemplo do Estatuto de Museus (BRASIL, 2009a).

No relatório sobre a Política Nacional de Museus (BRASIL, 2007), documento que avalia os indicadores do desenvolvimento do PNM (BRASIL, 2003), a *Carta de Rio Grande* (RIO GRANDE DO SUL, 2002), produzida no Fórum Estadual de Museus do SEM/RS, é apresentada como uma das primeiras etapas do processo de construção da política nacional voltada para o campo museal. É considerado:

Em termos metodológicos, o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas: 1) Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Esse documento levou em conta a “**Carta de Rio Grande**” e o texto “Imaginação museal a serviço da Cultura”, anteriormente citados. [...] (BRASIL, 2007, p.22. Grifo meu).

Ao construir o exercício de comparar a *Carta de Rio Grande* (RIO GRANDE DO SUL, 2002) e a PNM (BRASIL, 2003) fica destacada a influência do primeiro documento, construído regionalmente, sobre a produção do segundo, de abrangência nacional. Exemplo dessa relação é evidenciado nos princípios norteadores de ambos registros:

1.1 Estabelecimento de políticas na área de patrimônio cultural e museus que visem à democratização do acesso aos bens culturais nacionais e estaduais, buscando a consolidação das políticas públicas no resgate da memória e das identidades locais; (RIO GRANDE DO SUL, 2002, p.170)

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais (BRASIL, 2003, p.9)

1.2 Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo que estes têm valor estratégico nacional na afirmação das diversas identidades regionais; (RIO GRANDE DO SUL, 2002, idem)

2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local. (BRASIL, 2003, idem)

1.3 Respeito a diversidade cultural do povo brasileiro frente aos processos de homogeneização decorrentes da globalização; (RIO GRANDE DO SUL, 2002, ibidem)

3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro. (BRASIL, 2003, ibidem)

1.4 Ampliação e garantia do acesso público ao patrimônio cultural nacional, regional e municipal frente a subordinação das políticas públicas, às exigências de auto-sustentabilidade do patrimônio cultural e aos processos de apropriação privada das referências da cultura nacional; (RIO GRANDE DO SUL, 2002, ibidem)

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural. (BRASIL, 2003, ibidem)

1.5 Reconhecimento dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os técnicos de patrimônio, dos processos de tombamento (discussão, aplicação, fiscalização) e definição do patrimônio a ser preservado (RIO GRANDE DO SUL, 2002, ibidem)

4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado. (BRASIL, 2003, ibidem)

Esse processo também é identificado na definição dos eixos programáticos da PNM (BRASIL, 2003), proposições também pontuadas na *Carta de Rio Grande* (RIO GRANDE DO SUL, 2002) para uma política do setor museológico e de patrimônio cultural em níveis estaduais e federal:

1. Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus;

2. Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico;

3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais;

4. Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais;

5. Política de Capacitação e Formação;

6. Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais (RIO GRANDE DO SUL, 2002, p.170-172. Grifo meu).

1. **Gestão e Configuração do Campo Museológico;**
2. **Democratização e Acesso aos Bens Culturais;**
3. **Formação e Capacitação de Recursos Humanos;**
4. Informatização de Museus;
5. Modernização de Infra-Estruturas Museológicas;
6. **Financiamento e Fomento para Museus;**
7. **Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais** (BRASIL, 2003, p.10-12. Grifo meu)

É nítida a influência que a *Carta de Rio Grande* teve para a criação da PNM, uma vez que a correlação dos objetivos traçados na própria Política é próxima das ideias propostas pelo documento elaborado regionalmente em 2002. Além da *Carta de Rio Grande* outra referência é citada como diretriz para o processo de construção da PNM (2003). O referido texto foi intitulado *Imaginação museal a serviço da Cultura* de autoria do Conselho Federal de Museologia (COFEM) e nele também se identifica, na construção argumentativa, pontos de convergência de frentes consideradas de importância para a construção de uma nova política de museus e Museologia: 1. Museu e Educação; 2. **Museu, Museologia e formação profissional;** 3. **Museu, Museologia e produção do conhecimento;** 4. Rede Nacional de Museus e outras Redes; 5. Estímulos aos Processos de Museus Comunitários; 6. **Aquisição de novos acervos** (COFEM, 2002).

Antes de apresentar o COFEM, especialmente uma de suas regionais - o COREM 3ª Região, que compreende o Estado do Rio Grande do Sul - cabe ressaltar que diversas articulações foram compostas a partir da atuação dos/as agentes que atuavam no campo museal, especialmente com o propósito de organização profissional tendo, no âmbito federal, por exemplo, a Associação Brasileira de Museologia (ABM) desde 1963, acolhendo os profissionais que atuavam na área museológica (BERTOTTO, 2007), e a Associação Rio-grandense de Museologia (ARM), criada em 1985. Percebe-se que o movimento de organização em caráter regional ganhou fôlego na década de 1980: Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, profissional de referência na história da Museologia brasileira, participou em 1983 de duas importantes iniciativas no Estado de São Paulo: a Associação dos Trabalhadores de Museus (ATM) e a Associação Paulista de Museólogos (Asspam). Menezes (2010, p.47-48) sinaliza os papéis atribuídos a essas associações paulistas:

[...] Associação dos Trabalhadores de Museus (ATM), entidade com representatividade regional e de caráter abrangente, [envolvendo] [...] todos os diferentes tipos de profissionais das instituições museológicas [...];

[...] Associação Paulista de Museólogos (Asspam), definida como o 'órgão de classe representativo dos museólogos do estado de São Paulo', [...] [buscando a] 'dignificação, proteção e defesa dos interesses profissionais de seus membros e de toda a categoria'.

Pela descrição acima, observa-se que esse movimento era produto de políticas culturais que defendiam a valorização e reconhecimento dos/as profissionais de museus e de suas necessidades. Não foi diferente com o/a profissional museólogo/a. Como referido anteriormente, na década de 1980 uma nova agência se constituiu no campo museal: o COFEM e suas regionais, com atividades voltadas para a regulamentação e fiscalização do exercício desse/a profissional. O controle da atuação dos/as museólogos/as do Estado do Rio do Sul compete ao COREM 3ª Região. Nesse sentido, podemos notar a necessidade da criação de políticas culturais que acolhessem a demanda para profissionais no campo dentro das instituições museológicas.

O COREM 3ª Região, conselho este vinculado ao COFEM, tem como uma das principais funções o registro dos profissionais. Mas essa ideia de que o Conselho serve apenas para expedir a carteira profissional acaba sendo muito presente entre os/as agentes que atuam no campo. O Conselho também tem o papel de, entre suas atribuições, fiscalizar as denúncias e infrações éticas cometidas por museólogos/as que exerçam a função nas instituições.

A partir do Art. 6º da lei 7.827 de 1984 é autorizada a criação do COFEM e dos COREMs, tendo em seguida a divisão do País em seis regiões museológicas (Figura 6), formando um sistema de organização entre os/as profissionais do campo museal que atuam em território nacional. O COFEM recebe auxílio em sua atuação dos COREMs, tornando-se uma instância que dialoga com outras agências do campo propondo melhorias na profissão do/a museólogo/a.

Figura 6 - Mapa dos Conselhos Regionais de Museologia do País



Fonte: Disponível em: <<http://cofem.org.br/about/sistema-cofem-corem/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

O Estado do RS é privilegiado por ser a única região representada por um COREM. Os registros iniciais da classe de museólogo/a eram feitos através do Ministério do Trabalho até que os conselhos se instalassem em suas respectivas regiões. O Conselho Regional, ao acolher o Estado, começou a desenvolver um trabalho importante para o campo museal, uma vez que, além dos registros, o COREM seria responsável por outras demandas, tais como:

- a) efetuar o registro dos profissionais e expedir carteira profissional;
- b) julgar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta Lei;
- c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre fatos que apurem e cuja solução não seja de sua competência para decidir;
- d) publicar relatórios anuais dos seus trabalhos e, periodicamente, relação dos profissionais registrados;
- e) organizar o regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Museologia;
- f) apresentar sugestões ao Conselho Federal de Museologia;
- g) admitir a colaboração das Associações de Museologia, nos casos das matérias mencionadas nas alíneas anteriores deste artigo;

h) julgar a concessão dos títulos para enquadramento na categoria profissional de Museólogo. (BRASIL, 1984, doc. eletr.)

Mesmo que a legislação tenha apontado diversas atribuições para os COREMs, percebe-se certo distanciamento entre o Conselho da 3ª Região e os/as profissionais, pois não há uma relação de reciprocidade entre o órgão e o/a profissional museólogo/a, uma vez que o campo é constituído pelas forças conjuntas dos/as agentes e das agências para fortalecer a sua atuação no Estado (BOURDIEU, 2003). David Kura Minuzzo, museólogo e atual conselheiro presidente do COREM 3ª Região, relata que:

[...] existem 10 museus estaduais, nenhum deles tem museólogo. [...] a gente não sabia disso, já foi feito o projeto, já está aprovado a existência do cargo de museólogo nos museus do Estado, só que o cargo não foi criado ainda. Gestões anteriores do COREM enviaram ofício ao governo do Estado solicitando o concurso para museólogo [...]. (MINUZZO, 2017, inf. verbal)

Em resposta ao Conselho foi informado que a situação atual do governo não permitia a criação de tal concurso. Este é um exemplo do que a autora Teniza Spinelli (2014) aponta ao avaliar que o poder público tem ignorado as leis, que defende tanto os/as profissionais da categoria, quanto as instituições, uma vez que o Estado deveria ser o primeiro a dar o exemplo respeitando as legislações em vigor.

A luta para que o campo seja valorizado não é recente. Como referido anteriormente, em 2002, em reforço a Carta de Rio Grande e à criação de políticas voltadas para o campo museal, o COFEM levantou aspectos relevantes como a de formação profissional no campo, a produção de conhecimento e a criação de redes que auxiliem as instituições (COFEM, 2002).

A autora Márcia Regina Bertotto (2007) relembra que na década de 1980 o surgimento desses órgãos trouxe integração para o campo museal, uma vez que estavam a passos da implantação, discussão, fiscalização e regulamentação do campo, bastando colocar em prática os estatutos e regulamentações da área. Entretanto, ainda segundo a autora, o COREM da 3ª Região sofria com os problemas de baixo *quórum*, já que somente os graduados ou pós-graduados *stricto sensu* em Museologia podiam solicitar o registro junto ao Conselho, e em nível estadual, o RS não possuía cursos que acolhessem a demanda - a UFPel criou um

curso em nível de graduação de bacharelado em Museologia somente em 2006 (BERTOTTO, 2007).

A partir dessa demanda, houve tentativas para a criação de cursos de bacharelado em Museologia, levando em consideração a necessidade da profissionalização para o campo museal do RS. Como visto anteriormente, o SEM/RS, em conjunto com a PUC/RS, haviam iniciado na década de 1980 a discussão para que fossem criados cursos de especialização em Museologia para os profissionais que atuavam nos museus. O SEM/RS, em 1989, procurava em conjunto com as universidades formas de suprir as solicitações de capacitação dos profissionais dos museus, sendo que apenas nos Estados da Bahia e do Rio de Janeiro haviam cursos de graduação em Museologia (DUARTE, 2013).

É possível encontrar indícios, do ano de 1999, de uma nova mobilização para a criação de cursos de graduação no RS. Representantes dos museus de todo o Estado foram convidados para a Assembleia promovida pelo SEM/RS, onde foram discutidas futuras melhorias para o campo museal, destacando importantes ações como a criação de cursos de formação e parcerias entre instituições a fim de capacitar os profissionais da área no Estado (DUARTE, 2013). Através do VII Fórum Estadual de Museus, ocorrido no Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e da própria Carta de Rio Grande (2002), observa-se o reforço pela criação de cursos que profissionalizasse os/as agentes que atuavam no campo.

Na esfera regional, através da Portaria nº 1158, de 21 de agosto de 2006, foi autorizado e criado o primeiro curso de graduação de bacharelado em Museologia na UFPel, localizado na cidade de Pelotas/RS. Bertotto (2007) ressalta que quase setenta anos após a primeira formação profissional do Brasil, criou-se o primeiro curso no RS, mesmo sendo o Estado com mais museus e com mais profissionais que atuam nestas instituições. No ano de 2007 foi criado o segundo curso de bacharelado em Museologia, esse vinculado à UFRGS através da Decisão nº223/2007, tendo seu primeiro vestibular em 2008 com o ingresso de 30 alunos/ano.

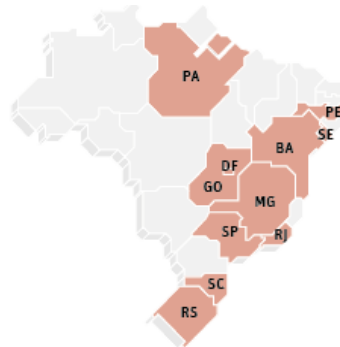
Em 2013, através do *site* Folha de São Paulo, o jornalista Silas Martí relata que o País teve um *boom* de cursos de Museologia. O autor aponta que após a criação do PNM (2003), os cursos se multiplicaram pelo território nacional, uma vez que até 2004 se limitavam apenas entre Rio de Janeiro/RJ (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO) e Salvador/BA (Universidade Federal da Bahia - UFBA),

e que em 2013 eram o total de 14 cursos. Martí (2013) destaca que a criação do IBRAM, em 2009, também foi fator para o desenvolvimento da expansão acadêmica, sendo um órgão com maior autonomia no campo.

Na notícia, Martí (2013) ressalta que o governo teria reagido com rapidez na expansão da oferta dos cursos no País, entretanto nota-se uma realidade oposta, visto que o esforço para que se fossem criados cursos profissionalizantes na área é uma discussão que acontece desde a década de 1980, e o primeiro curso do Estado do RS só foi consolidado em 2006 na UFPel. Outro fator destacado pela reportagem é que os cursos criados até então ainda não dariam conta das demandas exigidas pelo campo museal (MARTÍ, 2013). Em entrevista com Eráclito Pereira, museólogo e atual coordenador da COMGRAD do curso de Museologia da UFRGS, é apontado que a Museologia é uma área em expansão e não em ascensão (PEREIRA, 2017), o que discorda Sarah Maggitti Silva, também museóloga e atual coordenadora da COMGRAD do curso da UFPel, ao dizer que “A museologia sente-se sufocada, impedida de expandir e de crescer, de evoluir ainda mais. [...] tudo está ameaçado no País, há um retrocesso muito grande” (SILVA, 2017a, inf. verbal).

A expressiva criação de cursos de Museologia no País após o ano de 2007 deve-se ao programa de apoio aos planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar melhores condições no ensino público, promovendo a ampliação do acesso e a permanência na educação superior em nível de graduação. Dentre estes, o curso de Museologia da UFRGS foi instituído a partir do REUNI, diferentemente do curso da UFPEL que, de acordo com Silva (2017a, doc. eletr.), teve sua criação como a resposta às demandas geradas por instituições de guarda de memórias, para as quais a referida graduação vem fornecendo apoios diversos e mão de obra especializada (Idem, 2017a, doc. eletr.).

Figura 7 - Indicação dos cursos de Museologia no País (2013)

**MUSEUS NA
UNIVERSIDADE**Os cursos de
museologia hoje
no país**84a9**é o total de vagas
oferecidas no
curso em todo o
país

Estado	Instituição	Criação	Duração (em semestres)	Vagas
BA	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1970	6	40
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	2006	8	50
DF	Universidade de Brasília (UnB)	2009	7	64
GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2010	8	50
MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2010	8	50
	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2008	8	40
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2009	8	30
PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2009	7	30
RJ	Universidade Federal do Estado do RJ (Unirio)	1931	8	100
RS	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	2006	8	30
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2008	8	30
SC	Centro Universitário Barriga Verde (Unibave)	2004	8	50
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2010	8	25
SE	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2007	8	50
SP	Faeca Dom Bosco	2012	8	120

Fonte: MARTÍ, 2013, doc. eletr. Acesso em: 04 nov. 2017.

Em 2013 foi contabilizado o total de 15 cursos de graduação em Museologia no País, segundo a Folha de São Paulo (Figura 7). Atualmente, em 2017, em consulta do *site* do e-MEC, existem 18 cursos que formam bacharéis em Museologia¹³,

¹³ De acordo com a Plataforma e-Mec as seguintes Instituições e Cursos de Educação Superior possuem curso de bacharelado em Museologia: Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); Faculdade de Educação Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível (FAECA Dom Bosco); Universidade

profissionais que ao se formarem optam ou não por registrar-se no Conselho e adquirir o título de museólogo/a. Levando em consideração que a primeira turma de profissionais em nível de graduação formados/as pela UFPel e UFRGS, respectivamente, foram dos anos 2011 e 2012 (tendo a base de quatro anos necessários para a conclusão da graduação), o Estado só forma profissionais há seis anos, número ainda incipiente se comparado a outros Estados ou outras profissões.

Os cursos de pós-graduação cada vez mais são procurados pelos/as profissionais que atuam em diversas áreas, bem como pelo/a profissional museólogo/a. Inicialmente o Brasil não possuía cursos em nível *Stricto sensu*, sendo necessário deslocar-se para fora do País em procura de mestrados, doutorados e até mesmo pós-doutorados. O primeiro curso de mestrado em Museologia no País foi fundado no Rio de Janeiro, em 2006, vinculado à UNIRIO e ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atualmente o Brasil possui o total de sete cursos de pós-graduação, dentre eles quatro Mestrados Acadêmicos, um Doutorado e dois Mestrados Profissionais¹⁴ (CAPES, 2017, doc. eletr.). No Estado do RS, a UFRGS possui o Mestrado Acadêmico em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa), criado no ano de 2017. O único doutorado em Museologia está localizado na UNIRIO/ Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), criado em 2011.

Em 2015 iniciou-se o processo para que o atual Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) fosse criado, através do envolvimento e empenho dos professores do curso de Graduação em Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da UFRGS. O curso de mestrado no Estado torna-se indispensável à medida que o campo de atuação cresce, trazendo a possibilidade dos/as profissionais se especializarem no campo museal, uma vez que o/a profissional que trabalha em instituições museológicas não necessariamente

Brasil; Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

¹⁴ De acordo com o site da CAPES, as pós-graduações *stricto sensu* brasileiras estão localizadas nos seguintes Estados: Piauí (FUFPI); Rio de Janeiro (UNIRO/MAST); São Paulo (USP); Bahia (UFBA); Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60800003>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

precisará se qualificar em nível de graduação, podendo optar pelo mestrado em Museologia, que possui por enfoque a pesquisa acadêmica no campo museal. Outro fator é o intercâmbio estadual, o que trará profissionais de outros Estados ou até mesmo de fora do País a procura da pós-graduação.

No próximo subcapítulo irei abordar especificamente o/a museólogo/a, afinal, qual a contribuição deste/a profissional nas instituições museológicas? Terei, por enfoque, as múltiplas relações constituídas no campo museal do RS com a inserção do/a profissional museólogo/a diplomado/a, seja a partir da interação entre os/as agentes ou do contato com os órgãos que negociam sobre a atuação desse/a profissional.

2.2 O/a profissional museólogo/a

Ao ter por premissa que os museus acompanham uma longa trajetória da humanidade, é difícil identificar o primeiro profissional de museu. Porém, indícios revelam que Ole Worm foi um desses primeiros profissionais, pois, no século XV, no advento dos gabinetes de curiosidades¹⁵, catalogou e descreveu o conteúdo de 1500 objetos do seu gabinete, sendo este um dos primeiros vestígios de documentação museológica, por mais rudimentar que fosse.

O fim do século XIX e início do século XX foram marcados pela necessidade da profissionalização no campo dos museus. O primeiro ensino voltado para Museologia ocorreu na *École du Louvre*, na França em 1882, que tinha como missão formar os conservadores, missionários e escavadores. Em 1889 foi criada a *Museums Association*, na Inglaterra, a mais antiga associação de museus do mundo, que reúne atualmente mais de 7.500 membros, partindo da visão de inclusão, participação e engajamento social dos museus (CRUZ, 2008).

Poucos anos após foi fundada a *American Alliance of Museums*, em 1906, nos Estados Unidos da América, que representam atualmente mais de 35 mil profissionais de museus, voluntários, instituições, entre outros, com a missão de nutrir parcerias entre os membros e a comunidade de museus. O primeiro Código de Ética voltado para os/as profissionais de museus surge em 1918, na Alemanha. A primeira tentativa de reunir profissionais do mundo todo no campo dos museus foi a

¹⁵ Para maiores informações sobre gabinetes de curiosidade, sugere-se a leitura: BITTENCOURT, Jose Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 28, Rio de Janeiro, 1996. p.7-20.

criação do Escritório Internacional de Museus (OIM), em 1926, cujos objetivos eram “[...] o estabelecimento de vínculos entre todos os museus do mundo, a organização de intercâmbios e congressos, assim como a unificação dos catálogos” (MAIRESSE, 1998 apud CRUZ, 2008, p.4).

No Brasil, o profissional que trabalhava nos museus e instituições culturais era conhecido como *conservador de museus*, formação oferecida pelo Museu Histórico Nacional, denominado como Curso de Museus, criado em 1932. Conhecido como idealizador do Curso de Museus, Gustavo Barroso durante anos permaneceu como diretor do Museu Histórico Nacional, até o seu falecimento. Segundo Faria (2017) Barroso se considerava o mais antigo conservador de museus do País. A autora aponta que “[...] esse papel assumido de forma evidente o sustentou no espaço de lutas, forças e negociações do campo dos museus e, frente a outros agentes, o legitimou a tornar-se o nome mais associado à criação do Curso de Museus” (Idem, 2017, p.38).

A autora também explica que, segundo Gustavo Barroso, o título de conservador de museus trazia mais prestígio do que o título de “Técnicos de Museus, Museólogo ou Museologista” (BARROSO, [1954] 1957 apud FARIA, 2017, p.39), uma vez que o conservador de museus era reconhecido em diversos países estrangeiros. A nomenclatura de museólogo/a, como a conhecemos hoje, somente originou-se na década de 1966, através do decreto 58.800 do mesmo ano. Duas décadas após, em 1984, foi criada a lei 7.287 que dispõe sobre a profissão do museólogo no Brasil.

A profissão do/a museólogo/a, como qualquer outra profissão, delimita o espaço que este/a profissional irá atuar no campo museal. Em seu estudo, Norbert Elias (2001) aponta que as profissões, em geral, são as “[...] funções sociais especializadas que as pessoas desempenham em resposta a necessidades especializadas de outras; são, ao menos em sua forma mais desenvolvida, conjuntos especializados de relações humanas” (ELIAS, 2001, p.90). O autor relata que todas as profissões ou ocupações são independentes, não do conjunto de agentes que compõem um determinado campo, mas sim, especificamente, das pessoas que um dia representaram esta profissão, afinal as profissões continuam existindo mesmo após a morte destes representantes. De acordo com o autor, não é apenas um indivíduo em particular que consegue criar uma nova profissão, mas sim “[...] a situação de mudança de uma comunidade inteira que cria as condições para o

surgimento de uma nova ocupação e determina o curso de seu desenvolvimento” (ELIAS, 2001, p.91).

Aqui podemos fazer uma conexão muito próxima a Bourdieu (2003) ao analisarmos a força que alguns agentes exercem na inserção de uma nova profissão no campo mas, também, que o mesmo campo assume uma força independente desses/as agentes. Exemplo no campo museal é a participação de Gustavo Barroso, que foi um dos idealizadores do primeiro Curso de Museus no País. Esse agente, que foi por décadas diretor do Museu Histórico Nacional, adquiriu capital institucionalizado e por esse motivo auxiliou no desenvolvimento da profissão tal qual conhecemos hoje. Porém, embora defendesse que o título do/a profissional devesse ser conservador de museus, e apresentasse argumentos em sua defesa, com o amadurecimento da formação e da legitimação do profissional foi adotado no Brasil a nomenclatura de museólogo/a.

A necessidade de um profissional capacitado para as demandas específicas das instituições museológicas¹⁶ enquadra-se nessa lógica proposta por Elias (2001), uma vez que essas instituições adotaram novas funções e, conseqüentemente, aprimoraram o campo museal. O autor exemplifica no trecho a seguir:

Descobertas científicas, invenções e o surgimento de novas necessidades humanas e de meios especializados para satisfazê-las são, [...] fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma nova profissão. Mas nem as novas necessidades nem as novas descobertas são, por si só, sua fonte. Elas dependem umas das outras para seu desenvolvimento. As primeiras tornam-se diferenciadas e específicas apenas em conjunção com técnicas humanas especializadas; estas [...] só aparecem e se cristalizam como ocupações tendo em vista necessidades potenciais ou reais. O surgimento de uma nova ocupação, portanto, não se deve a um desses dois fatores especificamente, mas à interação de ambos. É essencialmente um processo de tentativa e erro no qual as pessoas procuram combinar técnicas ou instituições e necessidades humanas. Todo passo nessa direção é efetuado por indivíduos. (ELIAS, 2001, p.91)

No Brasil, a necessidade de profissionalização surgiu através da demanda do Museu Histórico Nacional, administrado pelo então diretor Gustavo Barroso, que reforçava a necessidade de profissionais capacitados nos museus. Faria (2017), ao analisar Bourdieu (2007), aponta que “[...] um campo possui posições estratégicas

¹⁶ Utilizo o termo instituição museológica pois me refiro a todos os Museus, Ecomuseus, Museus de território, Centros Culturais, Casas de Cultura, Memoriais e até mesmo Galerias, não me limitando apenas ao museu tradicional. Todas essas instituições, de alguma forma, possuem ou não acervo, são privadas ou públicas, abertas ao público, com ou sem fins lucrativos e que tenham uma função social a favor do desenvolvimento da sociedade.

ocupadas por agentes que detêm aptidões reconhecidas para sua gerência” (FARIA, 2017, p.54) e que, no caso do Museu Histórico Nacional, o projeto defendido por Barroso buscava protagonizar a instituição, proporcionando a inserção de um novo agente com atribuições específicas através do capital científico reconhecido pela diplomação do Curso. Foi então, a partir da década de 1940, que o antigo Ministério da Educação e Saúde autorizou o registro dos diplomas do Curso de Museus na Diretoria do Ensino Superior, o que possibilitou “[...] uma maior absorção no mercado de trabalho, [...] a fim de suprir as carências das instituições brasileiras” (FARIA, 2017, p.72).

Outro fator que estava diretamente relacionado à necessidade da profissão era o contexto cultural característico da realidade brasileira. Diferente de outros países, o Brasil é o único que possui o cargo de museólogo/a regulamentado, portanto o título apenas é válido no território nacional. A profissão foi regulamentada através da lei 7.287 de 1984, que dispõe sobre este/a profissional que teria atribuições distintas dos outros profissionais que atuam no campo museal. Costa e Lima (2013) sinalizam que no panorama internacional as denominações variam entre os países, que entre elas estão:

[...] conservateur ou museologue (França e ou/outras países sob a influência do modelo francês); curator, museum curator, museologist (predominante em países adeptos do modelo inglês). E também encontramos: museum professional, professionnels des musées, profesionales de los museos.[...] Em países de língua inglesa ou anglo-germânica os termos curator, museum curator, conservator e museologist aparecem alternadamente em textos que orientam estudantes sobre o trabalho em museus [...] (COSTA; LIMA, 2013, p.6)

No Rio Grande do Sul, o profissional que atuava (e ainda atua, em muitos casos) nas instituições eram indivíduos que provinham de diversas áreas, como da Ciência, da História e das Artes, que apoiaram-se no inciso IV da recém criada lei 7.287 de 1984, comprovando sua titulação no ensino superior e que possuíam pelo menos cinco anos de exercício em instituições museológicas¹⁷. Spinelli (2014) ainda

¹⁷ Segundo o Art. 2º da lei 7.287 de 1984: O exercício da profissão de Museólogo é privativo:
 I - dos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura;
 II - dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura;
 III - dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação;

reforça que ao ser criada a lei de regulamentação da profissão de museólogo/a havia a necessidade de acolher a maioria dos/as profissionais que já trabalhavam nas instituições, caso contrário poderia haver um esvaziamento no campo museal, o que poderia trazer maiores consequências para os museus. A autora explica que essa problemática também se dava visto a não existência de nenhum curso de Museologia no RS naquela época (realidade essa não somente do RS, mas em outros Estados também). Para suprir essa necessidade, os profissionais dos museus tiveram três anos a contar da vigência da lei para comprovar e solicitar a titulação de museólogo/a provisionado/a (SPINELLI, 2014).

Segundo a matéria do jornal Folha de São Paulo, de 2013, “Apenas 5% dos 20 mil profissionais dos 3.200 museus do país tem formação em museologia”, ressalta o jornalista Silas Martí (2013, doc. eletr.). Esse é um número extremamente baixo. O decreto nº91.775 de 1985 regulamenta a lei 7.287 que dispõe sobre o profissional museólogo que, a partir de então, deveria compor o quadro de todo o museu em território nacional. Segundo a lei, são atribuições do/a museólogo/a:

- I - ensinar Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;
- II - planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins;
- III - executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;
- IV - solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico;
- V - coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;
- VI - planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;
- VII - promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;
- VIII - definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções;
- IX - informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;
- X - dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da administração pública direta e indireta, bem assim em órgãos particulares de idêntica finalidade;

IV - dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta Lei, contem pelo menos 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados.

Parágrafo único - A comprovação a que se refere o item IV deverá ser feita no prazo de 3 (três) anos a contar da vigência da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, perante os Conselhos Regionais de Museologia, aos quais compete decidir sobre a sua validade (BRASIL, 1984, doc. eletr.).

XI - prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de Museologia;

XII - realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem assim sua autenticidade.

XIII - orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas habilitadas nas áreas de Museologia e Museografia, como atividade de extensão;

XIV - orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, fazendo-se nelas representar. (BRASIL, 1984, doc. eletr.)

Ao analisar as atribuições do/a profissional, deparamos com a construção indireta do plano museológico¹⁸, uma vez que este engloba praticamente todos os aspectos apontados neste artigo da lei. A lei 11.904 de 2009, que institui o Estatuto de Museus, aponta para a necessidade do plano museológico das instituições, competindo a direção destas “[...] assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas” (BRASIL, 2009a, doc. eletr.), e que, através do Art. 44, aponta que “É **dever** dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico” (BRASIL, 2009a, doc. eletr. Grifo meu). De acordo com a legislação:

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I - o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II - a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III - a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV - detalhamento dos Programas:

a) Institucional;

b) de Gestão de Pessoas;

c) de Acervos;

d) de Exposições;

e) Educativo e Cultural;

f) de Pesquisa;

g) Arquitetônico-urbanístico;

h) de Segurança;

¹⁸ “O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade” (BRASIL, 2009a, doc. eletr.).

- i) de Financiamento e Fomento;
- j) de Comunicação.
- k) de acessibilidade a todas as pessoas. (BRASIL, 2009a, doc. eletr.)

Para que se faça o plano museológico de uma instituição é necessário o diagnóstico, que só deve ser feito por um profissional capacitado a atuar nos espaços culturais, de forma ampla, como defende a lei do profissional museólogo. Em geral, existe a ideia de que o plano museológico pode ser feito por qualquer profissional atuante na área dos museus. Entretanto, o/a museólogo/a tem o olhar mais aguçado para questões muitas vezes não identificadas pelos profissionais que não estudaram Museologia, afinal os cursos existem com o propósito de criar profissionais com habilidades e competências para atuar nos espaços museológicos. O Art. 67, através das disposições finais da lei, decreta que “Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no **prazo de cinco anos, contados da sua publicação**” (BRASIL, 2009a, doc. eletr. Grifo meu). Como destaca a própria lei, todas as instituições já deveriam ter o plano museológico, prazo este que findou no ano de 2014, levando toda e qualquer instituição que não possuir o documento a estar em desacordo com a lei. Esta e outras problemáticas envolvem o campo museal e um dos/as profissionais que atua nele, o/a museólogo/a.

Embora exista um debate sobre o papel atribuído ao/a profissional museólogo/a no campo museal, outro documento reforça a aptidão desse/a profissional para a atuação qualificada nos museus. Formulado pelo Ministério da Educação, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Museologia delineiam o perfil dos formandos:

A formação do museólogo supõe o **domínio dos conteúdos da Museologia e a preparação para enfrentar com proficiência e criatividade dos problemas de sua prática profissional**, especialmente, aqueles que demandem intervenções em museus, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural (BRASIL, 2001, p.37. Grifo meu).

Nas Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação cabe ainda destacar as competências e habilidades do/a museólogo/a que compõem a formação do/a profissional, independente da universidade em que cursou a graduação:

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Museologia, enumeram-se as de caráter geral e comum, típicas desse nível de formação, e aquelas de caráter específico.

A) Gerais:

- identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;
- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas de informação determinadas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.

C) Específicas:

- compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais;
- interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial;
- intervir, de forma responsável, nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio, entendido como representação da atividade humana no tempo e no espaço;
- realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário do patrimônio natural e cultural;
- planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais. (BRASIL, 2001, p.37)

A partir das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação para o ensino de Museologia no Brasil, identifica-se que o projeto pedagógico do curso de Museologia da UFPel (2009), através do subcapítulo *competências e habilidades* - dividido em cinco pontos centrais (a) *Exercer ação cultural*; (b) *Exercer ação social*; (c) *Interferir no processo econômico*; (d) *Agir sobre os processos políticos*; (e) *Desenvolver conhecimento científico*) - vem ao encontro às diretrizes propostas pelo Governo Federal (BRASIL, 2001) ao apresentar que o/a museólogo/a:

[...] deverá ser um profissional apto ao **planejamento e organização de museus, no ensino, pesquisa e extensão**, de casas de cultura, de centros culturais, de centros de memória, de arquivos históricos, de ateliers de conservação e restauração, apto para a **curadoria de exposições**

públicas e privadas e apto a prestar serviços aos deslocamentos de obras de arte e objetos históricos e científicos, tanto de entidades públicas como privada. Será capaz de **cadastrar, organizar e promover tombamento** de acervos artísticos e científicos, bem como de emitir parecer e laudos técnicos. Também estará habilitado a atuar junto às comunidades visando resgatar a memória local através de acervos existentes, **promovendo ações propositivas para sustentabilidade e inclusão social**. (UFPel, 2009, p.23. Grifo meu)

No projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Museologia da UFRGS (2015b) observa-se de forma explícita um planejamento para manter as disciplinas da graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e aos pareceres do Ministério da Cultural/ Conselho Nacional de Educação (MEC/CNE). Foi elaborado pela COMGRAD/MSL e Núcleo Docente Estruturante da graduação em Museologia (NDE/MSL), como material de consulta complementar, um ementário em que é sinalizado, em cada disciplina obrigatória, as competências e habilidades gerais e específicas contempladas ao serem ministrados seus conteúdos programáticos (UFRGS, 2015c), como nos exemplos abaixo:

BIB03237. HISTÓRIA DOS MUSEUS E DOS PROCESSOS MUSEOLÓGICOS (4CR / 60H)

EMENTA: A configuração dos museus e seus acervos em relação com os contextos históricos. Do Mouseion ao museu público. Coleção, colecionamento e antiquariato. O advento dos museus públicos e dos museus nacionais. O movimento dos museus do século XIX. Os primeiros museus brasileiros. Dos museus de ciências aos museus históricos brasileiros do século XX

INTERAÇÃO DA DISCIPLINA COM AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES/ MEC: Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento; compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais; interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial.

BIB03212 - EXPOGRAFIA (4CR / 60H)

EMENTA: Elementos constituintes das exposições. Metodologias e técnicas. Teoria e prática de design expográfico.

INTERAÇÃO DA DISCIPLINA COM AS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES/ MEC: Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; responder a demandas de informação determinadas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo; compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de

pensamento e códigos sociais; interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial; planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais (UFRGS, 2015c, p.13; 51)

Nesse sentido, identifica-se que ambos os projetos de graduação em Museologia do Estado do RS esforçaram-se em seguir as diretrizes do Governo Federal ao contemplarem na elaboração didático-pedagógica dos cursos as competências e habilidades que tangem especificamente a formação do/a profissional museólogo/a.

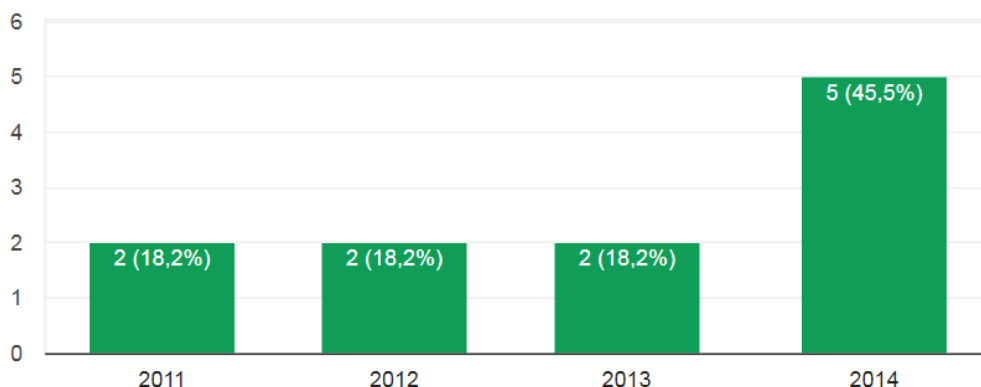
O/a museólogo/a é um/a profissional que tem sua formação se desenvolvendo no Brasil desde a década de 1930, com o Curso de Museus, até os dias de hoje. São mais de 90 anos de luta pela legitimação de sua ocupação no campo museal. No próximo capítulo, abordaremos este/a profissional que, ao concluir a graduação em Museologia, se insere no mercado de trabalho, repleto de expectativas ou a falta delas; encara um campo que ainda tem um longo caminho até tornar-se um espaço acolhido e defendido pelos profissionais do campo museal.

3 FUTUROS/AS PROFISSIONAIS MUSEÓLOGOS/AS E O CAMPO MUSEAL: um debate sobre suas expectativas, formação, aprimoramento profissional e militância na área

No capítulo anterior o estudo evidenciou o/a profissional museólogo/a e o campo em que atua, com ênfase nas relações instituídas no Estado do Rio Grande do Sul. A partir deste capítulo, irei cruzar estas informações com as percepções obtidas junto aos/as futuros/as formandos/as do curso de bacharelado em Museologia da UFPel e UFRGS do semestre 2017/2, especialmente sobre sua percepção acerca do campo museal. A obtenção de dados foi realizada através do *Google Formulários* (Apêndice E). No total somaram-se onze estudantes que participaram da pesquisa, dentre eles/elas nove vinculados/as à UFRGS (81,8%) e dois à UFPel (18,2%), levando em consideração a lista de prováveis formandos disponibilizadas pelos coordenadores de ambas graduações. Deste universo nove estudantes encontram-se em sua primeira formação e dois possuem curso técnico. Destaca-se que foram sinalizados dez prováveis formandos da Museologia da UFRGS, porém, uma discente não respondeu a pesquisa aplicada, totalizando em 91,6% formandos respondentes. Destes, 45,5% ingressaram no ano de 2014 (Gráfico 1) em seus respectivos cursos e completarão a graduação nos quatro anos aconselhados; os/as demais entrevistados/as (54,5%) concluirão a formação com mais do que oito semestres.

Gráfico 1 - Ano de ingresso dos prováveis formandos

11 respostas



Fonte: Do autor, 2017.

A pesquisa aplicada (Apêndice A) consistiu em analisar quatro temáticas centrais, que totalizaram onze questões: *Expectativa - Relação formado x campo de atuação*, indagando ao estudante suas expectativas em relação ao seu futuro no campo e mercado de trabalho; *Eixo: Formação universitária - Relação ensino, pesquisa e extensão*, apontando as experiências ao longo da graduação; *Eixo: Aprimoramento profissional*, questionando a necessidade da capacitação contínua; e *Eixo: Militância no campo*, avaliando percepções sobre engajamento pessoal e de agências identificadas no capítulo anterior. Cada eixo da pesquisa se propôs a analisar junto aos formandos um contexto diferente no campo museal ao qual em breve atuará enquanto profissional. Ao final do questionário, uma questão aberta foi destinada para observações adicionais. As informações obtidas com os/as futuros/as formandos/as em bacharelado em Museologia foram cruzadas com as entrevistas realizadas com representantes de agências que participam ativamente do campo museal do Rio Grande do Sul (Apêndice B), a fim de compreender a configuração contemporânea do campo de atuação - que possui fragilidades e potencialidades.

3.1 Expectativa: a relação formado x campo de atuação

Expectativa é ter uma esperança fundamentada em supostos direitos, probabilidades, pressupostos ou promessas. É possível sugerir que todo o processo de formação universitária é repleto de expectativas: desde a escolha de cursar um ensino superior, selecionar uma profissão, aprimorar aptidões e atuar no mercado de trabalho. Para Bardagi et al. (2006, p.70) expectativa e satisfação profissional são conceitos que dialogam ao longo da passagem pelo ensino superior:

No decorrer do desenvolvimento vocacional, especialmente no sistema formativo brasileiro, a passagem pelo ensino superior é quase uma unanimidade nas expectativas dos adolescentes e adultos jovens. Especificamente, para os jovens das classes média e alta parece não existir outra forma de profissionalização. [...] Satisfação profissional é um conceito multifacetado e engloba aspectos pessoais, vocacionais e contextuais da realidade do trabalho. Super, Savickas e Super (1996) definem que a satisfação profissional do indivíduo resulta da percepção de que o trabalho é uma expressão do seu autoconceito, ou seja, de que é possível, através do exercício profissional, expressar os próprios valores, interesses e características de personalidade. Nesse sentido, em um contexto de formação profissional como o período universitário, satisfação pode ser entendida como um sentimento de identificação, ajustamento à área de formação em termos de bem-estar e comprometimento.

Foi proposto que os/as formandos/as refletissem sobre o que os/as motivou a iniciar os estudos em Museologia, se essa é a sua primeira formação e o modo como ingressaram (vestibular, transferência interna, ingresso de diplomado, por exemplo). Em análise à pesquisa, sete estudantes responderam que a Museologia será a sua primeira formação; dois/duas formandos/as possuem outra formação, ambos em nível de técnico. Dentre as respostas, destaco que o sentimento de vocação pelo curso é um dos principais argumentos pela motivação da profissionalização em Museologia. Entretanto, existe uma discrepância entre os entrevistados/as quanto a forma de ingresso, como notamos abaixo:

Entre no ano de 2011, após duas **tentativas frustradas** em dois cursos distintos. Inicialmente tinha a intenção de cursar Informática. Pois tinha a intenção [...] de trabalhar na área, e por alguma razão, na época da escolha do curso no SISU, não tinha Informática disponível com a nota que eu tinha. Então escolhi Matemática no Instituto Federal do Piauí, em Uruçui. Por falta de opções, aventura e para entrar numa federal para pedir transferência para outra federal de maneira mais fácil. Após isso desisti do curso e fui buscar algo que era mais a minha cara, entre a opção de Geoprocessamento e Museologia na UFPel escolhi Geoprocessamento, ainda na ideia de trabalhar com Informática. A partir decidi escolher o curso que iria fazer seriamente. Estudando as opções para **reopção** dentro da universidade, observei Museologia, por ter uma proximidade com História, porém, com o ponto positivo de não se restringir a opção de dar aulas. Acabei escolhendo Museologia e desde então estou. (CONCEIÇÃO, 2017, doc. eletr. Grifo meu)

Para alguns/mas a escolha do curso de Museologia foi como última opção, todavia para outros/as foi a primeira escolha, como é o exemplo de uma das estudantes, ao responder que esta é a sua primeira formação e que sempre se interessou por museus e por trabalhar com patrimônio cultural (MOURA, 2017). Ao indagar aos/as estudantes da UFPel e UFRGS se após esse processo de formação em Museologia irão ou não trabalhar no campo, todos/as apontaram que irão atuar, entretanto, as respostas indicaram certo receio, como:

Pretendo, mas dependo do campo. (ESTUDANTE X, 2017, doc. eletr., grifo meu)

Sim, **pretendo**. Não só especificamente com museus e Museologia, mas, também com patrimônio e suas outras nuances. (CONCEIÇÃO, 2017, doc. eletr., grifo meu)

Pretendo. Embora não tenha nenhuma vaga em vias de contratação, tenho vontade de trabalhar na área. (ROSA, 2017, doc. eletr., grifo meu)

Sim. **Pretendo** atuar em áreas que utilizem minhas duas formações, como expografia, conservação, etc. (ESTUDANTE V, 2017, doc. eletr., grifo meu)

[...] **pretendo** não só trabalhar no campo dos Museus, como do patrimônio, memória e acessibilidade em ambientes culturais. (BARBOSA, doc. eletr., grifo meu)

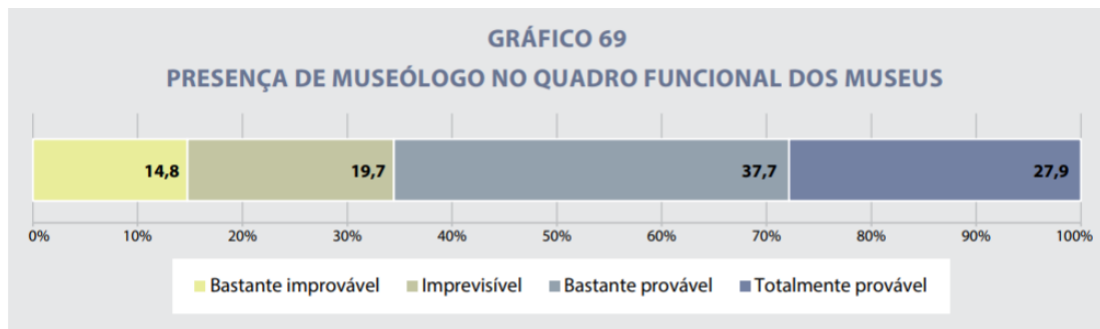
Sim, **pretendo** atuar no campo dos museus/Museologia. (JAEGER, 2017a, doc. eletr., Grifo meu)

Eu **pretendo** atuar nas instituições museológicas e continuar meus estudos na academia. (JAEGER, 2017b, doc. eletr., grifo meu)

Dentre todos, apenas os/as estudantes Moura (2017), Silva (2017b) e Vargas (2017) responderam de forma direta que irão trabalhar no campo. Na resposta dos demais entrevistados/as ficou marcante a presença do verbo **pretender**, como sinalizado nas citações acima. Pretender algo depende de alguma outra circunstância, que no caso apontado pelos/as estudantes seria a receptividade do próprio campo dos museus/Museologia, sinalizando a ideia de que o campo no âmbito estadual não está preparado para receber o/a profissional formado/a, como aponta uma das respondentes: “[...] estou com a expectativa bem baixa, pois gostaria muito de trabalhar como museóloga em algum Museu do Estado. Para que eu possa realizar isto, **somente se eu sair do Rio Grande do Sul**” (BARBOSA, 2017, doc. eletr., grifo meu). Notamos na resposta da estudante a imagem de um campo instável no Estado uma vez que, em sua opinião, para atuar na posição que almeja, acredita que seja necessário sair do Rio Grande do Sul.

As opiniões sinalizadas pelos/as entrevistados/as não são descontextualizadas. Em 2014 o Instituto Brasileiro de Museus realizou um estudo sobre as prospecções do campo museal brasileiro nos primeiros anos do século XXI. Entre os temas abordados foi questionado a expectativa da presença do/a profissional museólogo/a no quadro funcional dos museus (Figura 8); em torno de 35% (somando-se as respostas de *Bastante improvável* e *Imprevisível*) dos respondentes acredita que não é provável ou não é possível prever se haverá museólogos/as nas instituições museológicas (IBRAM, 2014).

Figura 8 - Presença de museólogo/as no quadro funcional dos museus



Fonte: IBRAM, 2014, p.95

Esse dado evidencia uma realidade do campo museal brasileiro: a dificuldade de inserção do/a profissional museólogo/a no mercado de trabalho, especialmente no que tange a sua atuação nos museus e espaços de caráter museológico. Como referido acima em torno de 35% dos respondentes sinalizaram a presença desse/a profissional como *Bastante improvável* e *Improvisível*. Somado ao *Bastante Provável*, mas sem certeza, a porcentagem de dificuldade de inserção do/a museólogo/a no cenário dos museus ultrapassa 72%, informação que torna-se ainda mais significativa quando se tem conhecimento do universo da pesquisa: 200 pessoas envolvidas diretamente com o campo museal - lideranças políticas; gestores de museus públicos e privados; gestores de sistemas regionais de museus; empresários; pesquisadores e docentes do setor; profissionais de museus; organizações civis; e representantes de comunidades com experiências singulares na área museológica (IBRAM, 2014).

Na Introdução da publicação se sobressai a reflexão: Quais são as relações entre museus, Estado, sociedades e mercados? A resposta dada é dupla: “[...] a partir de uma reflexão normativa - portanto, respondendo a questões sobre o que deve ser -, e outra descrevendo como as coisas são” (Idem, 2014, p.27). Ou seja, no âmbito normativo a presença dos museólogos no campo museal é indiscutível, mas, na prática, é um longo processo a ser conquistado.

Nesse cenário torna-se previsível que as expectativas dos/as estudantes formandos/as para com a atuação futura no mercado de trabalho revelem proposições contraditórias, ora positivas, ora negativas. Ao longo da análise foi possível identificar respostas fundamentadas em expectativas distintas: “Eu **acredito** que a medida em que for se graduando mais profissionais, novos campos de atuação para o museólogo surgirão” (JAEGER, 2017b, doc. eletr., grifo meu); e

“**acredito** que não será fácil me colocar no mercado de trabalho, devido à baixa procura por profissionais da área” (ESTUDANTE X, 2017, doc. eletr., grifo meu), são exemplos das diferentes projeções estabelecidas da futura atuação no campo museal. Ao utilizar verbos de incerteza nas respostas estamos automaticamente criando expectativas ou não em relação ao tema gerador, como aponta Cagliari (2014, p.122):

a) Verbos como: "eu acho que...", eu penso que..., eu aposto que..., eu acredito que...", etc. Esses verbos tornam explícitos os pensamentos aceitos como expectativas. Eles não trazem uma informação real, acontecida, mas que o falante julga que vai acontecer por uma expectativa, aceita por ele como uma probabilidade de ocorrência. [...]

b) Palavras como: "expectativa, frustração, medo, esperança, profecia, adivinhação, pressentimento", etc. Essas expressões revelam ideias que estão na mente do falante como uma avaliação de algo que pode acontecer e, em geral, se acontecer, não será uma boa notícia. [...]

Por mais que haja a presença de uma expectativa negativa entre os/as estudantes, foi identificado também impressões positivas, como Rosa (2017, doc. eletr.) ao dizer que sua “expectativa é a melhor possível”, querendo se colocar no mercado de trabalho e exercer os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. Ou mesmo Conceição (2017, doc. eletr.), que acredita que apesar da crise econômica, política e social o campo para os/as museólogos/as está se ampliando, bem como a abertura de outros espaços que o/a profissional pode atuar na sociedade.

3.2 Formação universitária: a relação de ensino, pesquisa e extensão

A relação da universidade com o/a estudante torna-se importante para o desenvolvimento do/a futuro/a profissional. Ao longo da graduação, notam-se fases e etapas distintas pelas quais os/as estudantes vivenciam, como aponta Bardagi et al. (2006, p.71):

Em especial, o momento do curso parece ser um importante aspecto do desenvolvimento vocacional de universitários. Ao coordenar uma pesquisa longitudinal realizada com estudantes universitários desde seu ingresso no curso até a proximidade da formatura, Lassance (1997) salienta que existem etapas distintas na relação entre o aluno, a escolha e o curso. A primeira fase seria de entusiasmo pela vitória no vestibular, o ingresso na universidade e a expectativa com o início da formação. Uma fase seguinte marcaria a decepção com o curso, os professores, a instituição, as

condições de aprendizagem, e englobaria preocupações sobre uma possível nova escolha profissional. O terceiro momento mostra um aumento pelo interesse na continuidade do curso, fase em que o engajamento em atividades acadêmicas é fundamental para a satisfação e o comprometimento. O quarto e último momento caracterizam-se pela proximidade do término do curso, quando a qualidade das atividades exercidas e a avaliação da formação produzem expectativas quanto à atuação profissional.

Alguns fatores acima citados foram apontados pelos/as estudantes da Museologia em relação à formação ao longo da graduação e as demandas futuras do mercado de trabalho. Segundo Conceição (2017), o curso de Museologia da UFPel possui poucas disciplinas que abordam políticas públicas e a relação da Museologia com o mercado de trabalho. No curso de Museologia da UFRGS, como opina Couto (2017), a graduação não atende as demandas do mercado, pois mesmo que ofereça base teórica há, em sua opinião, poucas aulas práticas e vivências em campo. Em contraponto, a observação da formanda Jaeger (2017a) evidencia outra percepção de possíveis correlações entre teoria e prática, a exemplo dos estágios como experiência empírica:

Na graduação revisamos a teoria necessária e todas as atividades exercidas pelo profissional museólogo, e além disso temos a oportunidade de exercitar essas funções em diversas disciplinas e nos estágios, dando conta da teoria e da prática. (JAEGER, 2017a, doc. eletr.)

Dentre as principais experiências que influenciaram no aprimoramento para aptidão profissional, foram citadas apenas entre os/as estudantes da UFRGS a exposição curricular (BARBOSA, 2017; COUTO, 2017; ESTUDANTE V, 2017; ROSA, 2017; SILVA, 2017b). Estágios curriculares obrigatórios¹⁹ e não-obrigatórios²⁰, bolsas de monitoria, projetos de extensão, palestras e cursos extracurriculares também foram evidenciados nas respostas dos/as formandos/as. A universidade é o espaço que deve estar apto a formar e preparar o/a estudante que vai para o mercado de trabalho, como aponta Beirão (1998):

O desafio da universidade hoje é formar indivíduos capazes de buscar conhecimentos e de saber utilizá-los. Ao contrário de outrora, quando o importante era dominar o conhecimento, hoje penso que o importante é "dominar o desconhecimento", ou seja, estando diante de um problema para o qual ele não tem a resposta pronta, o profissional deve saber buscar o

¹⁹ Estágio não remunerado que faz parte da grade curricular do curso de graduação.

²⁰ Estágio remunerado curricular do curso de graduação, sendo sua realização opcional.

conhecimento pertinente e, quando não disponível, saber encontrar, ele próprio, as respostas por meio de pesquisa. (BEIRÃO, 1998, p.1)

A partir da teoria da sala de aula e das atividades de ensino empíricas é que o estudante adquire a compreensão da futura atuação profissional. A autora Breglia (2013) observa que ao longo da graduação são disponibilizadas oportunidades que se bifurcam em duas direções:

Vejo dois caminhos possíveis para pensar/repensar a graduação e sintonizar o discurso com as práticas. Tem-se, de um lado, o tom que prevalece nos discursos oficiais mais recentes cujas palavras-chave são educação e conhecimento, componentes da estratégia para a superação das desigualdades. Em outra ponta, está a universidade brasileira, local onde essas demandas têm que ser pensadas com relação à tradição, ou seja, à maneira como se moldou a educação superior no país, caracterizada por uma ambiguidade: a divisão entre cultura acadêmica e cultura profissional, geradora da bipartição da formação, na graduação, em formação acadêmica e formação profissional. (BREGLIA, 2013, p.12)

No decorrer da formação a universidade disponibiliza diversos meios que contribuem para a construção das aptidões do/a futuro/a profissional. Os estágios curriculares são atividades de ensino importantes para aqueles/as que irão atuar diretamente no mercado de trabalho; já os/as que pretendem direcionar a formação para a vida acadêmica devem se engajar nos projetos de extensão e bolsas científicas. Independentemente da escolha do sujeito em formação, a universidade tem o papel fundamental de dispor destas opções ao longo da graduação. Ressalta-se que em pesquisa realizada pela COMGRAD/MSL e NDE/MSL da UFRGS foram mapeados, no período de 2009 a 2015, 62 instituições de caráter museológico que receberam estágios curriculares supervisionados obrigatórios da graduação e 18 instituições receptoras de estágios curriculares não-obrigatórios, dados que evidenciam a diversidade de escolhas a partir das intenções e interesses do discentes (UFRGS, 2015a).

A reprodução da realidade do mercado de trabalho também é facilitada pelo estágio [...], fazendo com que ele traga diversas contribuições para a vida dos estudantes. A vivência da profissão proporciona ao educando desenvolver diversas competências e habilidades exigidas pela profissão, aproximando-o do mercado de trabalho e fazendo com que ele esteja preparado para assumir as suas funções como profissional após a graduação. De acordo com os estudantes, adquirir experiência profissional, melhorar o currículo, desenvolver habilidades e competências, adquirir novos conhecimentos e conhecer na prática a área de formação escolhida

são motivos importantes para procurar um estágio [...]. (LAVALL; BERDEN, 2014, p.65)

Identificou-se, nos projetos pedagógicos dos cursos de Museologia da UFPel e UFRGS a intenção de valorizar em suas ações cotidianas a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, nesse processo, aproximar os/as discentes de sua contribuição profissional e compromissos sociais. Exemplo desse exercício é explicitado no texto que se refere às práticas de extensão universitária, experiência que congrega o teórico e a empiria:

Essa dimensão [interação pedagógica] sugere que as relações entre a universidade e os setores sociais devam enfatizar o diálogo e a troca de saberes, a fim de substituir o discurso da hegemonia acadêmica por novos conhecimentos, mais inclusivos e coletivos, com os movimentos, setores e organizações sociais. Nessa perspectiva, todos os atores sociais envolvidos participam da formulação de políticas públicas referentes à ação que está sendo realizada, bem como na produção de conhecimento a partir das experiências e práticas cotidianas ou vivências comunitárias. [...] Nesse aspecto, as ações de extensão se tornam efetivas na medida em que não sejam ações isoladas, mas representem um processo interativo entre o ensino e a pesquisa. [...] [A extensão] permite que o aluno se torne protagonista de sua formação, tanto no que se refere às competências necessárias à sua atuação profissional, quanto à sua formação cidadão, ao reconhecer-se como um agente de mudança e transformação social. (UFRGS, 2015b, p.50)

Observa-se que as experiências de estágio curricular, extensão e iniciação científica vão para além do cumprimento de exigências acadêmicas. São oportunidades de integração, crescimento pessoal, aprimoramento das habilidades e competências profissionais. As vivências tornam-se momentos de exercitar o conhecimento teórico incorporado ao longo da graduação.

3.3 Aprimoramento profissional

A procura por especializações em níveis *latu* e *stricto senso* acontece quando os profissionais almejam estar mais capacitados a atuar nas instituições, ou quando é desejável seguir a vida acadêmica e científica. Através do documento e parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 977/65, são estabelecidos os objetivos e a necessidade da criação dos cursos em nível de pós-graduação:

[...] o sistema de cursos pós-graduados hoje se impõe e se difunde em todos os países, como a conseqüência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores, tornando impossível proporcionar treinamento completo e adequado para muitas carreiras nos limites dos cursos de graduação. Na verdade, em face do acúmulo de conhecimentos em cada ramo das ciências e da crescente especialização das técnicas, o estudante moderno somente poderá obter, ao nível da graduação, os conhecimentos básicos de sua ciência e de sua profissão. Nesse plano, dificilmente se poderia alcançar superior competência nas especializações científicas ou profissionais. (PARECER..., [1965] 2005, p.163-164)

O documento aponta que a graduação atende aos conhecimentos básicos para o/a profissional atuar, por este motivo aumentar a duração dos cursos seria “antieconômico e antipedagógico” (Idem, [1965] 2005, p.164), e obrigaria todos/as os/as estudantes a especializar-se, sendo que muitos/as estariam satisfeitos/as com o nível de graduado. Seria então na pós-graduação que o/a profissional aprofundaria os conhecimentos avançados. Por esse motivo:

A pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação. Mas, além destes interesses práticos imediatos, a pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária. (PARECER..., [1965] 2005, p.164)

A necessidade da capacitação contínua dos/as profissionais em nível de pós-graduação, após a formação na graduação, foi unânime entre os/as formandos/as de Museologia. Silva (2017b) acredita que pela razão do campo estar em constante mudança é essencial que o/a profissional museólogo/a esteja atualizado e sempre se aprimorando após a conclusão da graduação. Dentre os/as estudantes, apenas uma citou que não pretende realizar nenhum tipo de pós-graduação; todos/as os/as outros/as destacaram que pretendem aprimorar seus conhecimentos através de cursos, especializações, mestrado e doutorado, dentro e fora do País, nas áreas de Curadoria, Patrimônio, Gestão Cultural, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, Acessibilidade, Educação, Patrimônio Cultural, Coleções; apenas Barbosa (2017) apontou que pretende iniciar uma nova graduação, em História.

A pesquisadora Waldisa Rússio Camargo Guarnieri defende que a interdisciplinaridade é o método de pesquisa e de ação da Museologia, conseqüentemente, método de trabalho nos museus e cursos de formação de museólogos/as e funcionários/as de museus. A busca por novos conhecimentos que se relacionem com o tratamento interdisciplinar, sistemático e interativo dos diferentes enfoques do conhecimento museológico colaboram para um processo de produção singular: estudar o homem, a natureza e a vida requer domínio de conhecimentos científicos muito diversos (GUARNIERI, [1983] 2010). De acordo com a autora, a busca pelo método interdisciplinar aplicado ao conhecimento museológico promoveria:

... NO NÍVEL DO MUSEU

[...] b) considera-se a ação de “catalisador” do museólogo, não enciclopédico, não onisciente, mas seguramente o profissional apto a coordenar as diferentes ações resultantes de diferentes domínios de conhecimentos representados pela variedade de profissionais que trabalha em museus; e as trocas, as relações conexas e recíprocas e a coerência do trabalho museológico;

[...] c) considera-se a possibilidade dos movimentos de análise e de síntese, a existência de teses e antíteses, o que dá ao museu e ao seu quadro profissional uma visão viva, dialética, histórica e crítica, inclusive no que concerne aos museus, em si, a seus profissionais e suas funções;

[...] ... NO NÍVEL DA CIÊNCIA MUSEOLÓGICA

a) permite-se a “fertilização cruzada”, em razão da permuta efetiva de ideias, além das fronteiras das especializações, facilitando uma visão e uma experiência interativa de diferentes campos científicos. O que não só enriquece os campos da Museologia, que não são apenas uma reunião de informações, mas também permite uma adição ordenada, seletiva, conexas e sistematizada de novos dados científicos;

b) facilita a emergência de inquietudes estimulantes da pesquisa em um novo e largo horizonte, as simples formulações de dúvidas, muitas vezes inadmissíveis em um contexto acadêmico, monolítico unidisciplinar, o qual pode, inclusive, ser julgado como o responsável pela não realização científica de inquietudes salutares e promissoras;

c) permita-se a criação de um espírito de receptividade à crítica sem a qual a ciência e o científico não se realizam jamais.

... NO NÍVEL PROFISSIONAL E CIENTÍFICO DO MUSEU

a) a interdisciplinaridade e seus desdobramentos permitem a viabilidade a uma maior consciência da necessidade de uma reflexão crítica contínua e com constante sobre a Museologia, e sobre o papel do museólogo como trabalhador social. (GUARNIERI, [1983] 2010, p.134-136).

Identificou-se nas respostas dos/as discentes que a formação continuada, de caráter interdisciplinar, está associada diretamente a dois eixos de atenção que sinalizam o dinamismo do campo museal: a) manter os estudos para acompanhar as demandas da sociedade; b) ampliar continuamente o conhecimento para acompanhar as demandas do mercado de trabalho.

A existência da relação do museu e sociedade se deu a partir da necessidade de salvaguardar as memórias, culturas e identidades, apropriadas por grupos sociais e comunidades distintas. Essa relação é dinâmica e, segundo Bruno (2011), fundamentada em uma expressiva cumplicidade com o futuro da sociedade: é fruto de múltiplos interesses políticos, científicos e culturais e pode ser também identificada em um contexto de transgressão e superação de limites:

[...] Os museus são, portanto, instituições do seu tempo, visíveis aos seus contemporâneos e sempre servindo a causas de sua época. É possível constatar, e a bibliografia é farta dessas análises das expedições colonizadoras europeias que percorram diversas regiões de todas as partes do mundo, cujas coletas referentes à natureza e às sociedades foram abrigadas nos museus; quando os embates pelos Estados nacionais se mostraram proeminentes, os museus reverberaram essas perspectivas; quando as descobertas pré-históricas evidenciaram outra humanidade, os respectivos vestígios encontraram guarda nas instituições museológicas; quando as pesquisas antropológicas e dos ramos da história natural se estruturaram, foi exatamente a partir dos museus que se projetaram em relação ao universo das ciências; quando a técnica e a tecnologia passaram a ser encaradas como um legado, essas instituições lhes deram apoio para a preservação de suas referências; quando a democratização da educação se enraizou nas sociedades, os museus serviram de grande suporte no que tange à difusão das ciências e das artes. Da mesma forma, as instituições museológicas se abriram para anseios comunitários, identitários e étnicos, assim como têm viabilizado a valorização da arte contemporânea, têm denunciado a opressão política e têm desempenhado o papel de ícone urbano. Essas são apenas algumas características que pontuam as funções multifacetadas que os museus têm desempenhado ao longo dos séculos que, ao mesmo tempo em que evidenciam a relevância das ações preservacionistas, justificam as razões pelas quais essas instituições passaram a ser relevantes também para as ações comunicacionais. (BRUNO, 2011, p.31)

Para acompanhar a proposta de um museu que leve em consideração os problemas da sociedade e se potencialize enquanto instrumento de mudança social, o/a museólogo/a necessita ser um/a profissional ativo/a, participativo/a, compromissado/a com esse processo de desenvolvimento. Para Mensch (1992) esse é um movimento iniciado nas décadas de 1960-70, baseado no reconhecimento do papel sociocultural dos museus e que constitui a imagem do *museólogo reformista*. A relação entre museólogo/a e sociedade, aprimorada pela

formação continuada, é sinalizada na observação de algumas entrevistadas: “[...] a área de atuação da Museologia é tão dinâmica quanto é a **sociedade**” (COUTO, 2017, doc. eletr. Grifo meu); “[...] Para que os museus possam atender à **sociedade**, devem contar com profissionais atualizados e receptivos às novas demandas das instituições museais” (MOURA, 2017, doc. eletr. Grifo meu). Portanto, como aponta Cordovil (1993):

A relação entre o Museu e o seu público ou utilizador tem vindo a ser modificada no sentido de maior implicação deste no trabalho museológico, orientado cada vez mais para a satisfação das suas necessidades individuais e colectivas. Esta relação, passa pelo acesso à propriedade sobre o meio e conseqüentemente sobre o museu, flexibilidade do museu para funcionar como um utensílio de intervenção social, pela valorização das competências, por estruturas de gestão não hierarquizadas e participadas. (MOUTINHO, [s.n.t.] apud CORDOVIL, 1993, p.18-19)

Outro aspecto observado é a recorrência da compreensão de que o conhecimento produzido pelo campo museal se renova continuamente e que esse fluxo influencia diretamente no mercado de trabalho e o aprimoramento das aptidões do/a profissional museólogo/a:

[...] como uma área científica, **que produz todos os dias novos conhecimentos**, é muito importante como profissionais procurarmos uma capacitação continua. (ESTUDANTE V, 2017, doc. eletr. Grifo meu)

Acho que para qualquer profissional sempre é bom se aprimorar [...], **para não acabar esquecendo** o que aprendeu durante a graduação. (BARBOSA, 2017, doc. eletr. Grifo meu)

[...] **o campo está sempre se atualizando**, se fazendo necessário aprender as **novas tendências ou rever conceitos** que podem auxiliar no cotidiano de trabalho. (JAEGER, 2017a, doc. eletr. Grifo meu)

O/A profissional que atua no campo deve entender a importância de estar sempre em dia com a área a qual se especializou ao concluir a graduação. Deve haver uma relação contínua entre a teoria e a prática, para que não haja a defasagem do conhecimento aplicado no espaço de atuação do/a profissional. Como aponta Chagas (1994, p.13. Grifo meu):

Ao se admitir que as teorias - construções humanas - estão em permanente devir, se está admitindo também que elas não são verdades acabadas, não são inquestionáveis. A ótica construtivista, diferentemente da positivista, compreende que a teoria não é reflexo dos "fatos". **Um "caldo" teórico não pode ser extraído dos fenômenos, como quem extrai o suco de uma**

laranja, simplesmente por que a teoria não está contida nos fenômenos. Por outro lado, os fatos e os fenômenos não são inquestionáveis, são também construções dos pesquisadores. Por este prisma, compreende-se que as teorias não são espelhos da realidade, mas a própria invenção da realidade. A experimentação, tanto quanto a observação está impregnada de teoria. Como assevera Carvalho [1989] ao discutir o problema da indução em Popper: "O conhecimento não tem início com a experiência, mas com uma teoria, que no confronto com a experiência é corroborada ou refutada. A ciência começa com a percepção de um problema, que nada mais é que a discrepância entre uma teoria, convicção ou expectativa, e os dados da observação. Sem uma teoria prévia não é possível qualquer observação".

Para os/as discentes entrevistados/as o caminho da pós-graduação proporcionará a atualização dos conhecimentos (teoria) e a formulação de novas práticas (empíria). Cabe ressaltar que o Estado do Rio Grande do Sul passou em 2017 a ter o primeiro mestrado voltado para estudos sobre o campo museal. O Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa), vinculado à FABICO/UFRGS (mesma unidade em que encontra-se o curso de bacharelado em Museologia), tem como principal missão produzir conhecimento no campo da Museologia e Patrimônio Cultural, formando profissionais capazes de atuar em universidades, instituições museológicas (museus, órgãos estatais, centros culturais, institutos, galerias, etc.), promovendo ações de salvaguarda, pesquisa, comunicação e apropriação dos bens culturais, visando sempre a transformação social e à construção da cidadania.

De acordo com o *site* do PPGMusPa, o perfil do egresso é formar pós-graduados/as conscientes, capazes de "[...] intervir e de interagir crítica e criativamente nos contextos sociais, na defesa dos ideais éticos de respeito à vida, à diversidade, ao patrimônio ambiental e cultural e à igualdade de direitos [...]" (UFRGS, 2017, doc. eletr.). A criação do PPGMusPa vai ao encontro de sinalizações apontadas por agentes do campo museal brasileiro já na década de 1990:

A partir das considerações apresentadas, gostaria de propor alguns pontos para reflexão no âmbito desta discussão:

1. A necessidade urgente de um diálogo entre os cursos já tradicionais e as novas iniciativas, procurando organizar os parâmetros para a formação específica do museólogo e a contribuição que a Museologia pode dar a outras formações profissionais.
2. Propiciar uma convivência solidária entre os cursos de diversos níveis (graduação, especialização e pós-graduação), procurando hierarquizar-los do ponto de vista técnico e científico, com o objetivo de aprimorar as diferentes perspectivas de formação. (BRUNO, 1997, p.20)

Evidencia-se, nessa perspectiva, a possibilidade do/a futuro/a museólogo/a aliar o conhecimento teórico à experiência cotidiana de trabalho, com o propósito de promover rupturas, superar paradigmas e ousar criativamente sobre o esperado de sua atuação profissional.

3.4 Militância no campo museal/Museologia

A militância nos dias de hoje ocupa diversos espaços, manifestada através do engajamento de sujeitos mobilizados por questões sociais. Pode estar vinculada a um indivíduo, a um grupo ou instituição que esteja defendendo algum ideal, como ressaltam os autores Silva e Ruskowski (2016, p.195): “[...] a ação militante, como qualquer outra forma de ação, não é algo natural, mas antes um arbitrário cultural que demanda condições e disposições específicas desigualmente distribuídas na sociedade”. Os autores apontam também que através desse processo de engajamento militante enfatizam-se características previamente construídas por meio da trajetória destes indivíduos e destacam que:

[...] devido à pluralidade de mundos sociais, os indivíduos são governados por princípios de socialização heterogêneos e, por vezes, contraditórios que eles internalizam. Nós podemos, então, colocar a hipótese de que cada ator incorpora uma multiplicidade de padrões de comportamento e hábitos, organizados como repertórios e contextos sociais relevantes que o ator aprende a distinguir através da totalidade de experiências prévias de socialização. (FILLIEULE, 2010 apud SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p.196)

No campo museal existem instituições que atuam como agências de militância, seja de forma direta ou indireta. Ao questionar as/os formandos/as quais órgãos e leis de seu conhecimento que defendem o campo museal, foram citados COREM 3ª Região e COFEM, Executiva Nacional de Museologia, IBRAM, Conselho Internacional de Museus (ICOM), Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), Ministério Público e SEM/RS, além de citarem as leis nº7.287/1984, nº11.904/2009 e nº11.906/2009. Para alguns/as respondentes a participação da/do COMGRADs, COREM 3ª Região, PPGMusPa e SEM/RS no campo museal acaba tendo pouca evidência e são sinalizados como órgãos de insuficiente participação, inoperantes, que existem apenas para obtenção do registro de museólogo/a e/ou que atuam de forma escassa por falta de estrutura e orçamento (COUTO, 2017; ESTUDANTE X, 2017; MOURA, 2017; ROSA, 2017; VARGAS, 2017).

Todos os/as formandos/as afirmaram que vão se registrar no COREM 3ª Região, dentre os/as onze respondentes, sete indicaram que irão se registrar para fortalecer o campo museal no estado do RS; três formandos/as responderam que irão se registrar para que possam exercer a profissão; apenas Barbosa (2017) indicou que irá participar efetivamente do conselho regional, problema este destacado por Mizzuno (2017), atual coordenador do COREM 3ª Região, ao citar a dificuldade existente de encontrar profissionais que queiram participar da criação de chapas para novas gestões do COREM 3ª Região, realidade não apenas do Estado, mas em todo território brasileiro.

O engajamento militante no campo museal torna-se limitado, sendo um dos principais fatores o número reduzido de profissionais museólogos/as que atuam no mercado de trabalho, especialmente no campo museal, havendo um sucateamento dos/as profissionais atuantes que devem exercer diversos papéis no estado do RS, como aponta alguns/as dos/as entrevistados/as:

[...] visto que o número de profissionais museólogos atuando no Rio Grande do Sul e no Brasil todo é um número reduzido, visto o número de cursos. Os profissionais, se desdobram em diversas atuações. Geralmente um profissional que é docente na UFRGS ou na UFPEL, também participa do COREM, ou participa do SEM. Visto isso, essas instituições acabam se articulando no cenário dos museus do Rio Grande do Sul e em defesa deles. Sabendo da fragilidade dos mesmos, e o seu limite de atuação, esses atuam da maneira que podem, e em alguns casos conseguindo avanços consideráveis, na UFPEL, com a criação da Rede de Museus, uma atuação nos museus da cidade de Pelotas e região. O SEM/RS apesar de ser um órgão do governo, ajuda aquém da sua capacidade, porém, é um espaço. (CONCEIÇÃO, 2017, doc. eletr.)

O Rio Grande do Sul está no ranking dos primeiros estados que sofre com a crise que estamos passando atualmente e, sendo assim, a cultura está cada vez mais sucateada e jogada de lado. Portanto, acredito que estes órgãos tem um papel muito importante no campo dos museus, tendo em vista as diversas lutas que ainda devemos travar para seguir atuando enquanto profissionais frente a estas problemáticas. (SILVA, 2017b, doc. eletr.)

Através desses órgãos há a fiscalização das ações e dos profissionais dos museus. Os mesmos são fomentadores das discussões sobre o campo dos museus e capacitação dos profissionais museólogos. Já o SEM/RS abrange também os demais profissionais dos museus. O PPGMusPa também promove a pesquisa para aprimorar esse campo. (JAEGER, 2017b, doc. eletr.)

As questões que permeiam o campo museal no Estado ainda devem ser investigadas, exploradas e aprimoradas. Ao instigar os/as futuros/as profissionais do campo museal, é evidente as diversas fissuras encontradas para que possam

exercer a profissão, como questões financeiras, consciência de classe, concursos federais, estaduais e municipais para o cargo de museólogo/a, a promoção de eventos, pesquisas e diálogos com os museus, a participação ativa dos órgãos que atuam pelo profissional - no Estado e fora dele (COREM 3ª Região, COMGRADs, PPGMusPa, SEM/RS, entre outros) - seja, por exemplo, através de palestras para conscientizar a importância da profissão. Como aponta a entrevistada Couto (2017, doc. eletr.):

[...] a Museologia tem um potencial enorme para contribuir com quaisquer temas em pauta na sociedade e que é preciso pensar o museu para além de seus muros e coleções e acima de tudo é preciso pensar o museu como mediador de relações sociais onde TODAS as pessoas devem ter espaço.

Entre as respostas é citada até mesmo a criação de leis que obriguem os museus a possuírem museólogos/as, entretanto, como já visto no capítulo anterior, o/a profissional museólogo/a é privilegiado por ser uma profissão regulamentada, diferente de outras profissões que ainda tentam se legitimar, possuindo uma lei própria que descreve suas aptidões, bem como o parecer do MEC que indica as habilidades e competências a serem ensinadas nos cursos de graduação. A militância da classe deve vir da própria classe, dos/as agentes e agências que participam dessa luta; esperar que o Estado, ou apenas os órgãos como COREM 3ª Região e SEM/RS resolvam as brechas que se encontram nos dias de hoje é enganar a si próprio, afinal a luta deve ser coletiva e não individualizada.

Maria Célia Teixeira Moura Santos, museóloga e professora aposentada do curso de Museologia da UFBA, em evento organizado pelo COREM 4ª Região realizado em 2004, constituiu um balanço da atuação do campo museal brasileiro e chegou as seguintes indagações:

Da análise realizada a partir das fontes consultadas, podemos inferir que temos um diagnóstico claro do nosso campo de atuação, que indicamos as estratégias necessárias para sanar os pontos críticos, mas não conseguimos ainda tornar a nossa ação eficaz para minimizar os pontos críticos que permanecem em todos os momentos pesquisados e que, sabemos, continuam até a atualidade. Dessa forma, destacamos algumas questões para reflexão:

- O que devemos fazer para diminuir a distância entre o discurso e a prática?
- Como tornar as gestões dos museus eficazes a fim de minimizar os pontos críticos identificados?

- O que fazer para que as políticas públicas se transformem em ganhos reais para os museus e a sociedade?
- O que fazer para que o conhecimento produzido na Academia seja utilizado para o aperfeiçoamento da aplicação das práticas museológicas no cotidiano dos museus?
- O que fazer para que sejam criados cursos de Museologia, em diferentes níveis, atendendo às reivindicações colocadas há 31 anos? (SANTOS, [2004] 2008, p.221-222)

Como apontou Santos ([2004] 2008) há treze anos atrás questões como a distância entre a teoria e a prática; tornar as gestões de museus qualificadas; a aplicação do conhecimento adquirido nas experiências empíricas; e a expectativa pela criação de novas formações em Museologia em níveis distintos são ainda questionamentos levantados nesta pesquisa pelo/as estudantes e futuros/as profissionais, cercados de incertezas e receio de um mercado de trabalho pouco preparado para recebê-los/as.

Afinal qual a mudança de hoje para treze anos atrás? Leis foram criadas, planos traçados, mas quem deve obedecer às regras? Com certeza todos os/as agentes envolvidos no campo museal: instituições, Estado, profissionais e futuros/as profissionais devem engajar-se, uma luta que deve ser traçada não entre os iguais, mas contra aqueles que forçam a interrupção do desenvolvimento do campo museal no Estado; o propósito comum é construir estratégias para o avanço de melhores profissionais qualificados/as a fim de seguir construindo um campo que atenda à sociedade da qual todos fazemos parte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi possível identificar diversos fatores que envolvem o campo museal no Estado do RS e o/a profissional museólogo/a, que atua neste microcosmo. Através da proposta de analisar as perspectivas profissionais dos/as estudantes formandos/as do curso de bacharelado em Museologia do Estado, foram questionadas quais as expectativas profissionais destes/as discentes, a sua percepção sobre o mercado de trabalho, a necessidade para o aprimoramento profissional e a importância da militância no campo museal.

Ao explorar o campo museal foram identificadas ao longo da pesquisa diferentes agências que compõem o campo no Estado, como o COREM 3ª Região, órgão regulamentador da profissão do/a museólogo/a; o SEM/RS, sistema responsável pela organização de eventos e no auxílio dos museus do Rio Grande do Sul, visando o seu desenvolvimento; as COMGRADs dos cursos da UFPEL e da UFRGS, lidando com questões acadêmicas voltadas para os/as estudantes e a formação, visando formar um/a profissional capacitado/a; e o PPGMusPa, tendo sido uma das últimas inserções no campo museal brasileiro e que se destaca pela importância de promover pesquisas de fôlego sobre fenômenos vinculados aos museus, Museologia e patrimônio cultural.

Ao investigar os principais marcos ocorridos no Estado do RS que auxiliaram no desenvolvimento do campo museal, foram identificados entrelaçamentos entre as políticas estaduais e federais, exemplo foi a Carta de Rio Grande (2002), elaborada através do 8º Fórum Estadual de Museus promovido pelo SEM/RS. Este foi um documento que auxiliou na criação da Política Nacional de Museus (2003), responsável pela valorização do campo museal em nível federal. É importante ressaltar a relevância do papel dos Fóruns Estaduais, promovidos pelo SEM/RS, pois por conta destes eventos é que houveram subsídios para a elaboração da Carta de Rio Grande (2002) e, conseqüentemente, da Política Nacional de Museus (2003).

Outro fator de fortalecimento do campo no Estado foi a criação dos cursos de bacharelado em Museologia, primeiro na UFPel em 2006 e, posteriormente, na UFRGS, com a primeira turma em 2008, abrindo as portas para a profissionalização no Estado. Em nível de pós-graduação, o Rio Grande do Sul constituiu o primeiro programa em 2017, o PPGMusPa, filiado à UFRGS, que começa a formar profissionais que buscam capacitações em nível de pós-graduação, não sendo mais

a única opção deslocar-se para outro Estado à procura de aprimoramento profissional.

O/A profissional que atua no campo museal brasileiro, a partir do ano de 1984, através da lei nº 7.287, é nomeado/a como museólogo/a, responsável por gerir, administrar e supervisionar as atividades não só de museus, mas de espaços de cultura, memórias e preservação do patrimônio, a favor do desenvolvimento da sociedade, também denominadas instituições de caráter museológico. A partir de 1984 este/a profissional ganhou força e proteção legal, entretanto o caminho até uma formação voltada exclusivamente às suas aptidões, bem como a construção de um campo estável e valorizado foi árduo, como percebemos ainda 33 anos depois. O Rio Grande do Sul, que possui um dos maiores números de espaços culturais, é ainda cenário para mais décadas de lutas, uma vez que nem o próprio Estado possui em seus quadros o cargo de museólogo/a, embora seja resguardado por lei.

Após o levantamento e identificação do campo museal e do/a profissional apto a atuar nele, foi aplicada aos/as estudantes formandos/as da UFPel e UFRGS de 2017/2 uma entrevista estruturada, com o total de onze respondentes, para que fossem identificadas impressões da futura profissão. Foi instigado aos/as formandos/as que expusessem suas expectativas em torno do mercado de trabalho no campo museal, além de questões como o papel das instituições que envolvem o/a profissional a partir da sua entrada na vida acadêmica. Perguntas desde a motivação na escolha do curso de Museologia; a eficácia dos métodos de ensino na graduação; a necessidade do aprimoramento profissional e a importância da militância no campo museal, destacando as agências e os agentes atuantes, foram ponto chave para entender melhor a transição que ocorre após a conclusão do curso, do momento da transformação do/a bacharel em Museologia para o/a Museólogo/a registrado e apto/a a atuar nas instituições de caráter museológico.

Ao longo da pesquisa houve dificuldades para descrever a história das instituições identificadas. Dentre elas, apenas o SEM/RS possui uma monografia contando a trajetória do órgão. O COREM 3ª Região, órgão regulamentador desde 1984, não possui quaisquer tipos de trabalhos, salvo relatos de profissionais mais antigos do campo, que aos poucos estão sendo perdidos. Investigações aprofundadas sobre o ensino de Museologia no Rio Grande do Sul ainda estão por se realizar.

Como evidenciado, os fóruns estaduais foram grandes mobilizadores para o desenvolvimento do campo museal, com repercussões que ultrapassaram o Estado, e ressalto que a sua continuidade é de extrema importância para todos/as que atuam no campo museal, incluindo profissionais e instituições museológicas que carecem de constantes atualizações por falta, por exemplo, da presença de museólogos/as no quadro funcional. O último fórum estadual realizado foi em 2013, e por mais que tenha existido um esforço da coordenação do SEM/RS para a execução de um fórum em 2015, (o qual não aconteceu), já faz quase cinco anos de inexistência do evento. O comum é encontrarmos agentes participando de eventos de campos em diálogo com a Museologia, como Memória, Patrimônio, Artes e História, a exemplo do I Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, realizado pela Associação Nacional de História (ANPUH), sediado em 2016 na FABICO/UFRGS.

A expectativa em torno do campo foi verificada, através das respostas, com grandes incertezas cruzadas com pretensões positivas. Todos/as os/as respondentes alegaram que seguiriam conscientes a carreira de museólogo/as, entretanto ainda existe incertezas em relação ao COREM 3ª região, entendido como um conselho pouco atuante que, atualmente, serve apenas para o registro do profissional. Podemos perceber após a pesquisa uma grande distância entre o COFEM/COREM dos/as futuros/as profissionais. Por esse motivo cabe levar em consideração ambos os lados.

Dentro das políticas do COREM 3ª Região faltam aproximações entre o Conselho e os/as estudantes da graduação, afinal a comunicação através de palestras ou eventos deve ser bilateral. Não há apenas a necessidade de explicar quais as atribuições do COFEM/ COREM, mas também quais as atuações que ainda não acontecem, para que haja uma mobilização dos/as próprios/as estudantes, que poderão compreender melhor as dificuldades e por quais motivos muitas vezes o órgão não é capaz de executar com eficácia todas suas competências. Exemplo é a necessidade de contratação de um/uma fiscal responsável pelas visitas em instituições que ainda não possuem o/a museólogo/a como responsável técnico/a, porém, os/as 126 profissionais registrados/as atualmente, contribuindo com o valor de R\$301,81 anuais parcelados em até cinco parcelas iguais - e devemos considerar os inadimplentes -, não é valor suficiente para manter nem uma sede própria.

Por outro lado, se existe um distanciamento dos estudantes formandos da UFRGS, é notado maior ainda por parte dos estudantes de Museologia da UFPel, como comenta a própria coordenadora da COMGRAD, Sarah M. Silva, ressaltando a inexistência de ações voltadas aos estudantes desde a posse do cargo como coordenadora da graduação.

Com o pouco tempo de profissionalização no campo museal do Estado do RS (graduações a partir de 2006), ainda existe um grande sucateamento das atribuições desses/as profissionais. Um dos indicadores da falta de agentes ativos no campo são as eleições do COREM 3ª Região, especialmente pela dificuldade de se criarem chapas para as gestões. Este é um problema que pela lógica com o tempo irá se modificar, daí a importância de haver a comunicação entre o meio acadêmico e as futuras chapas do COREM. Por outro lado, notamos a parceria entre instituições e órgãos, como COREM e COMGRAD da UFRGS, seja para sediar eventos ou utilizar os espaços da universidade para reuniões do conselho.

Afinal, o que falta, ou melhor, como preparar agentes que se engajem no campo museal afim de seu desenvolvimento? Como observado um campo, qualquer que seja, é movido pela força aplicada pelos/as agentes e agências que atuam ou pretendem participar dele. Muitos dos/as formados/as que responderam à entrevista estruturada indicaram a pretensão de atuar no campo museal, entretanto, poucos ressaltaram a necessidade de não somente pretender, mas sim de colaborar efetivamente junto aos órgãos que lutam pela classe, pelos museus e instituições afins. O simples ato de registrar-se no COREM, deixando de ser bacharel e tornando-se museólogo/a já se torna um ato de militância, não apenas pelos atuais trezentos reais, mas pelo UM registro a mais, lutando por um espaço na sociedade. Através de esforços é possível contribuir ativamente pelo campo museal e a quantidade acaba fazendo parte desta força nesse processo, afinal qual o interesse do Estado do Rio Grande do Sul em evidenciar um/a profissional e leis que o/a defendem se o/a próprio/a profissional não o faz?

Este trabalho evidencia as expectativas dos/as futuros/as profissionais que irão atuar no campo museal mas, e os/as profissionais que já atuam? Através desta pesquisa abre-se portas e janelas para diversas outras: Qual a história do COREM 3ª Região e sua atuação desde 1984? Por que muitos/as profissionais abandonam a própria causa? E os/as estudantes e formando/as de 2018 em diante, tem as mesmas expectativas dos/as formando/as de 2017/2? Questionamentos para o

futuro não faltam, entretanto carecem curiosos engajados em questionamentos do porquê o nosso campo, defendido e discutido até a sua legalização, parece estar abandonado pelo Estado, pelos museus e pelos/as próprios/as museólogos/as. Existe ainda a necessidade de muitas pesquisas dentro deste tema, pois é um estudo que não se esgota, e que através destes trabalhos é possível compreender um pouco melhor as problemáticas que envolvem o nosso campo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Patricia Gabriela Machado. **Patricia Gabriela Machado Barbosa**. Entrevista VI. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 doc. eletr. Google Formulários.

BARDAGI, M.; PACHECO, M.; PARADISO, Â.; ALMEIDA, I. **Escolha Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho**: Percepções de Estudantes Formandos. UAEM: Sistema de Información Científica Redalyc. p.69-82, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282321818007>> Acesso em: 5 dez. 2017.

BEIRÃO, Paulo S. L. **A importância da iniciação científica para o aluno da graduação**. UFMG: Ano 24, nº 1208. Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1208/>>. Acesso em: 9 dez 2017.

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das políticas públicas para museus no Rio Grande do Sul**: um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas. 2007. 166p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1944/1/000390597-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003. 288p.

BRASIL. **Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985**. Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91775-15-outubro-1985-441776-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. **Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7287.htm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009.** Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus.** Brasília, DF: MinC, 2007. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus: memória e cidadania.** Brasília, DF: MinC, 2003. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. CAPES. **Plataforma Sucupira.** Brasília, DF: CAPES, [2017]. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares para os cursos de Museologia. In: _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** Brasília, DF: MEC, 2001. p. 37-38.

_____. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC:** instituições de educação superior e cursos cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BREGLIA, Vera L. A.. **Graduação, Formação e Pesquisa: entre o discurso e as práticas.** Trivium: vol.5, n.1. Rio de Janeiro, jun/ 2013. 15p. Disponível em: <<https://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-v/artigos-tematicos/graduacao-formacao-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 9 de dez 2017.

BRUNO, Cristina. Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº10, 1997. p.13-21.

_____. Os museus servem para transgredir: um ponto de vista sobre a museologia paulista. In: SISEM SP (org.). **Museus: o que são, para que servem?** São Paulo: ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011. p. 29-42.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Por uma teoria da expectativa**. Signo, Santa Cruz do Sul, v.39, n. 67, p. 118-126, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/viewFile/4970/3815>> Acesso em: 05 de dezembro de 2017.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs). **Políticas culturais no Brasil**. Coleção Cult – EDUFBA, Salvador, 2007, p. 87-107. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

COM MELHOR TAXA DE MUSEUS DO PAÍS, RS BUSCA AUMENTAR VISITAÇÕES. **G1** [Portal de notícias da Rede Globo]. [S.l.]: Globo, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/07/com-melhor-taxa-de-museus-do-pais-rs-busca-aumentar-visitacoes.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CONCEIÇÃO, João Pedro Rodrigues da. **João Pedro Rodrigues da conceição**. Entrevista III. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 doc. eletr. Google Formulários.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA (COFEM). **A imaginação museal a serviço da cultura no Brasil**. Museus, memórias e identidades: Contribuições do Conselho Federal de Museologia para o programa de políticas públicas de cultura do governo Lula Presidente. [S.l.: s.n.], 2002.

_____. **Quem somos**. Rio de Janeiro: COFEM, [201-?]. Disponível em: <<http://cofem.org.br/about/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CORDOVIL, Maria Madalena. Novos museus novos perfis profissionais. **Cadernos de Museologia**, nº1, 1993. p.12-19. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/145/?sequence=1>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

COSTA, Ludmila Leite Madeira da; LIMA, Diana Farjalla Correia. O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4581/3704>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

COUTO, Doris R. F. do. **Doris Rosangela Freitas do Couto**. Entrevista I. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 doc. eletr. Google Formulários.

CHAGAS, Mário De Souza. O campo de atuação da Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 2, n. 2, 1994. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/533>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: o Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/19129057/O-Brasil-e-a-criacao-do-Conselho-Internacional-de-Museus-ICOM>>. Acesso em: 12 nov 2017.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos chave em Museologia**. São Paulo: ICOM, 2013. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/userupload/pdf/KeyConceptsof_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

DUARTE, Carine Silva. **Carine Silva Duarte**: Entrevista III. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo.m4a (43 min).

DUARTE, Carine Silva. **Da cem ao sem**: memória e trajetória do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. 2013. 61p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Bacharelado em Museologia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88680>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ELIAS, Nobert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e Tarpaulins. **Revista MANA**: estudos em Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 89-116, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n1/a05v07n1.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

ESTUDANTE V, **Entrevista V**. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 doc. eletr. Google Formulários.

ESTUDANTE X, **Entrevista X**. [Nov. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 doc. eletr. Google Formulários.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **Educar no Museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)**. 2017. 296p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GIL, Gilberto. Os museus do Brasil estão bem vivos. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006**. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006. 6-7 p.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sistema da Museologia, 1983. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol.1, 1.ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.127-136. [Texto publicado em simpósio do ICOFOM, 1983, p.114-125].

IBRAM. **Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI**. Org. Frederico Barbosa da Silva ... [et al.] - Brasília, DF: Ibram, 2014. 142p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/EncontrosFuturo_ibram2014.pdf> Acesso em: 05 dez 2017.

JAEGER, Aldryn Brandt. **Aldryn Brandt Jaeger**. Entrevista IX. [Nov. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017b. 1 doc. eletr. Google Formulários.

JAEGER, Julia Maciel. **Julia Maciel Jaeger**. Entrevista VIII. [Out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017a. 1 doc. eletr. Google Formulários.

LAVALL, Jaqueline; BARDEN, Júlia Elisabete. Estágio não obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. **Revista GUAL**, v.7, n.2, Florianópolis, mai. 2014. p.47-68.

MARTÍ, Silas. País tem boom de cursos de Museologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2013. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/02/1230154-pais-tem-boom-de-cursos-de-museologia.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MENSCH, Peter van. Modelos conceituais de museus (e suas relações com o patrimônio natural e cultural). **Boletim do ICOFOM-LAM**. Buenos Aires - Rio de Janeiro: n°4/5, Agosto de 1992. 10p. [Tradução Tereza Scheiner].

MENEZES, Caroline Grassi Franco de. Associação Paulista de Museólogos (Asspam): apontamentos para uma história de protagonismo na museologia paulista. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. v. 2. p. 47-98.

MINUZZO, David Kura. **David Kura Minuzzo: Entrevista II**. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo.m4a (1h25 min).

MOURA, Rochele Valente. **Rochele Valente Moura. Entrevista II**. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 doc. eletr. Google Formulários.

PARECER CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2005, n.30, p.162-173. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

PEREIRA, Eráclito. **Eráclito Pereira: Entrevista I**. [Set. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 arquivo.m4a (1h56 min)

RIO GRANDE DO SUL. Carta de Rio Grande. 8º Fórum Estadual de Museus. SEM/RS. 2002. **Expressa Extensão**, Pelotas, v.19, n. 2. 2014.

_____. **Decreto nº 33.791, de 21 de janeiro de 1991**. Organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1991. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=20430&hTexto=&Hid_IDNorma=20430>. Acesso em: 23 set. 2017.

ROSA, Alahna Santos da. **Alahna Santos da Rosa. Entrevista IV**. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 doc. eletr. Google Formulários.

RUBIM, A. A. C. **Cultura e Política na eleição de 2002**: As estratégias de Lula presidente. 16p.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs). **Políticas culturais no Brasil**. Coleção Cult – EDUFBA, Salvador, 2007, p. 11-36. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a *práxis* e a formação, 2004. In: _____. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a Museologia, a Educação e o Museu**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. p.176-227.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2016, n.21, p.187-226. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n21/2178-4884-rbcpol-21-00187.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SILVA, Camila Ribeiro da. **Camila Ribeiro da Silva**. Entrevista VII. [out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017b. 1 doc. eletr. Google Formulários.

SILVA, Sarah Maggitti. **Sarah Maggitti Silva**: Entrevista IV. [Out. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017a. 1 arquivo.m4a (1h25 min)

SPINELLI, Teniza. **A Museologia no Rio Grande do Sul e os 30 anos da regulamentação da profissão de museólogo no Brasil**. Porto Alegre: COREM 3ª região, 2014. Disponível em: <<https://www.corem3.org.br/artigo01>>. Acesso em: 14 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel). Instituto de Ciências Humanas. Curso de Museologia. **Projeto Pedagógico do Curso de Museologia**. Pelotas: UFPel, 2009. Disponível em: <<https://museologiaufpel.files.wordpress.com/2012/01/projeto-pedagc3b3gico.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia. **Estudo de Avaliação do Curso de Bacharelado em Museologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2015a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/EstudosdeAvaliacaodoCursodeMuseologia.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

_____. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia.
Projeto Pedagógico do curso de Museologia. Porto Alegre: UFRGS, 2015b. 899p.
Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/projeto-pedagogico-do-curso-de-museologia>> Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia.
Ementário do curso de Museologia - Gestão 2014/2015. Porto Alegre: UFRGS, 2015c. 80p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/ementario-do-curso-de-bacharelado-em-museologia-gestao-2014-15>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

_____. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa).
Histórico do Curso. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/ppgmuspa/institucional/historico>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VARGAS, Amarildo. **Amarildo Vargas** [Nov. 2017]. Entrevistador: Marcelo A. Kich Scheffer. Porto Alegre, 2017. 1 doc. eletr. Google Formulários.

APÊNDICE A. ROTEIRO PARA ENTREVISTA (ESTUDANTES)

EIXO: EXPECTATIVA - RELAÇÃO FORMADO X CAMPO DE ATUAÇÃO

- 1) Fale um pouco o que motivou você a iniciar os estudos em Museologia.
[Como ficou sabendo; é a sua primeira formação; Ingresso diplomado; em que ano entrou na graduação]
- 2) Após a formação, você irá atuar/trabalhar no campo dos museus/Museologia?
- 3) Qual a sua expectativa em relação a atuação futura no mercado de trabalho?

EIXO: FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA - RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- 4) Na sua opinião, sua formação na graduação atende as demandas do mercado de trabalho?
- 5) Cite alguma experiência que tenha aprimorado sua aptidão profissional ao longo da graduação.

EIXO: APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

- 6) Você acha necessária uma capacitação contínua dos profissionais do campo após concluir a graduação? Por quê?
- 7) Você pretende continuar aprimorando-se profissionalmente na pós-graduação/ outras graduações? Quais áreas de interesse? Por quê?

EIXO: MILITÂNCIA DO CAMPO

- 8) Quais órgãos e leis você tem conhecimento que atuam em defesa do campo dos museus?
- 9) Na sua opinião, qual é a participação do COREM, SEM/RS, COMGRADs e PPGMusPa no campo dos museus, especialmente no cenário do Rio Grande do Sul?
- 10) Você irá se registrar no COREM (Conselho Regional de Museologia) ao se formar Bacharel em Museologia? Se sim ou não, qual motivo?
- 11) Cite aspectos que poderiam ou deveriam ser aprimorados no atual cenário em que se encontra a Museologia no RS.

Você gostaria de colaborar com mais alguma observação?

APÊNDICE B. ROTEIRO PARA ENTREVISTA (INSTITUIÇÃO)

COREM, SEM/RS, COMGRADS, PPGMusPa

EIXO: EXPECTATIVA - RELAÇÃO PROFISSÃO X FORMADO

- 1) Em relação à formação de bacharelado em Museologia: Qual(is) a(s) contribuição(ões) do museólogo para o campo que atua?

EIXO: FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA - RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- 2) O Projeto Pedagógico dos cursos de Museologia da UFPel e da UFRGS identificam o perfil do egresso com características de um profissional gestor do patrimônio cultural. Em sua experiência no campo dos museus/Museologia, o perfil desse profissional tem atendido as demandas do campo, especialmente no Rio Grande do Sul? Que outras competências e habilidades você diagnosticaria como relevantes?

EIXO: APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

- 3) Em sua opinião, há uma grande procura por especializações e pós-graduações que atendam as demandas do campo de atuação? Em caso afirmativo, quais os motivos da procura de especialização (*lato sensu* e *stricto sensu*) no campo dos museus/Museologia?

EIXO: MILITÂNCIA DO CAMPO

- 4) A militância de qualquer campo sempre foi uma das bases para o seu desenvolvimento. Você acredita que deve haver mais militância no campo dos museus/Museologia? Caso você acredite que exista pouca militância dentro do campo, como você imaginaria a reversão deste processo? [e os agentes? - enfoque participação]

- 5) Você gostaria de colaborar com mais alguma observação?

APÊNDICE C. CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO)
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Porto Alegre, xx de setembro de 2017.

Prezado(a),

xxx

No decorrer do primeiro semestre de 2017, iniciei o desenvolvimento do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso através da disciplina (BIB03227) Introdução ao Trabalho de Conclusão do curso de bacharelado em Museologia da UFRGS, ao qual foi decidido o título provisório *Projetando o Futuro: Expectativas profissionais dos estudantes formandos em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel*, sob orientação da Prof^a Dr^a Ana Carolina Gelmini de Faria e coorientação da Prof^a Dr^a Márcia Regina Bertotto.

Neste trabalho me deterei a investigar, a partir da percepção dos prováveis formandos dos cursos de Museologia da UFRGS e da UFPel, identificando–suas expectativas referentes a futura profissão. Também investigarei as percepções das instituições que atuam de forma mais presente dentro do campo selecionado, fazendo um entrelaçamento que será percorrido no desenvolvimento deste trabalho.

Acredito que, ao responder algumas questões, o/a Senhor/Senhora estará enriquecendo este trabalho. Caso aceite colaborar, Peço que confirme a disponibilidade para agendarmos sua participação por meio de entrevista e possíveis compartilhamentos de documentos referentes ao tema. O termo de consentimento da entrevista será assinado no dia agendado, em duas vias, ficando uma aos seus cuidados.

Agradeço desde já pela futura contribuição, que será indispensável para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Atenciosamente,
Marcelo A. Kich Scheffer
Estudante do Curso de Museologia da UFRGS
Orientadoras: Ana Carolina Gelmini de Faria
Márcia Regina Bertotto

APÊNDICE D. TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DAS INFORMAÇÕES**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar como sujeito colaborador da pesquisa desenvolvida por Marcelo Augusto Kich Scheffer para a elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no bacharelado em Museologia, sob orientação da Prof^a Dr^a Ana Carolina Gelmini de Faria e co-orientação da Prof^a Dr^a Márcia Regina Bertotto. Fui devidamente informado e esclarecido sobre o estudo, que tem como título *PROJETANDO O FUTURO: Expectativas profissionais dos estudantes formandos em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel*. Sendo assim, autorizo a utilização das informações que concedi ao pesquisador, incluindo sua reprodução total ou parcial no TCC, em suporte de papel ou digital, com finalidade de colaborar com o estudo. Recebi uma cópia desta autorização.

Porto Alegre, de de .

ASSINATURA DO(A) COLABORADOR(A)

Fonte: Do autor, 2017.

APÊNDICE E. FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM FORMADOS/AS

Expectativas profissionais dos estudantes formandos em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel

Eu concordo em participar como sujeito colaborador da pesquisa desenvolvida por Marcelo Augusto Kich Scheffer para a elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no bacharelado em Museologia, sob orientação da Profª Drª Ana Carolina Gelmini de Faria e co-orientação da Profª Drª Márcia Regina Bertotto. Fui devidamente informado e esclarecido sobre o estudo, que tem como título PROJETANDO O FUTURO: Expectativas profissionais dos estudantes formandos em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel. Sendo assim, autorizo a utilização das informações que concedi ao pesquisador, incluindo sua reprodução total ou parcial no TCC, em suporte de papel ou digital, com finalidade de colaborar com o estudo, tendo a plena ciência deste termo ser digital.

*Obrigatório

Endereço de e-mail *

Seu e-mail

Nome completo *

Sua resposta

Qual universidade você cursa Museologia? *

UFPel

UFRGS

Em qual ano ingressou? *

Sua resposta

Expectativas profissionais dos estudantes formandos em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel

*Obrigatório

EIXO: EXPECTATIVA - RELAÇÃO FORMADO X CAMPO DE ATUAÇÃO

1. Fale um pouco o que motivou você a iniciar os estudos em Museologia. [Como ficou sabendo; é a sua primeira formação; Ingresso diplomado; em que ano entrou na graduação] *

Sua resposta

2. Após a formação, você irá atuar/trabalhar no campo dos museus/Museologia? *

Sua resposta

3. Qual a sua expectativa em relação a atuação futura no mercado de trabalho? *

Sua resposta

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 2 de 6

Expectativas profissionais dos estudantes formandos em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel

*Obrigatório

EIXO: FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA - RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

4. Na sua opinião, sua formação na graduação atende as demandas do mercado de trabalho? *

Sua resposta

5. Cite alguma experiência que tenha aprimorado sua aptidão profissional ao longo da graduação. *

Sua resposta

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 3 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Expectativas profissionais dos estudantes formandos em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPel

*Obrigatório

EIXO: APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

6. Você acha necessária uma capacitação contínua dos profissionais do campo após concluir a graduação? Por quê? *

Sua resposta

7. Você pretende continuar aprimorando-se profissionalmente na pós-graduação/ outras graduações? Quais áreas de interesse? Por quê? *

Sua resposta

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 4 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

e UFPEI

*Obrigatório

EIXO: MILITÂNCIA DO CAMPO

8. Quais órgãos e leis você tem conhecimento que atuam em defesa do campo dos museus? *

Sua resposta

9. Na sua opinião, qual é a participação do COREM, SEM/RS, COMGRADs e PPGMUSPA no campo dos museus, especialmente no cenário do Rio Grande do Sul? *

Sua resposta

10. Você irá se registrar no COREM (Conselho Regional de Museologia) ao se formar Bacharel em Museologia? Se sim ou não, qual motivo? *

Sua resposta

11. Cite aspectos que poderiam ou deveriam ser aprimorados no atual cenário em que se encontra a Museologia no RS. *

Sua resposta

Espaço destinado para observações

Sua resposta

VOLTAR

PRÓXIMA

Página 5 de 6

Expectativas profissionais dos estudantes formandos em 2017/2 dos cursos de Museologia da UFRGS e UFPEI

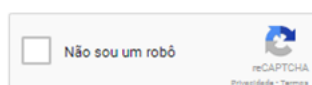
*Obrigatório

Uso do nome relacionada à informação fornecida

Eu autorizo o uso do meu nome em caso de citação direta em relação as informações fornecidas por mim *

- Sim, eu autorizo o uso do meu nome se necessário
- Autorizo apenas o uso das informações, sem relacionar ao meu nome

Envie-me uma cópia das minhas respostas.



VOLTAR

ENVIAR

Página 6 de 6

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.